



**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**Curso de Bacharelado em Ciências Sociais**

**A CONSTITUIÇÃO DE UMA IDENTIDADE MILITAR  
FEMININA NO INTERIOR DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA**

**BÁRBARA OLIVEIRA JAQUES**

Porto Alegre, dezembro de 2015.

**BÁRBARA OLIVEIRA JAQUES**

**A CONSTITUIÇÃO DE UMA IDENTIDADE MILITAR FEMININA NO  
INTERIOR DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA**

Trabalho de conclusão de Curso  
apresentado á Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, como requisito parcial  
para obtenção do título de Bacharel em  
Ciências Sociais.

Orientadora: Professora Doutora Rochele  
Fellini Fachinetto.

Porto Alegre, dezembro de 2015.

## CIP - Catalogação na Publicação

Jaques, Bárbara Oliveira

A constituição de uma identidade militar feminina no interior da Força Aérea Brasileira / Bárbara Oliveira Jaques. -- 2015.

57 f.

Orientadora: Rochele Fellini Fachinetto.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Identidade profissional. 2. Gênero . 3. Força Aérea. I. Fachinetto, Rochele Fellini, orient. II. Título.

À

*minha Bisavó, Maria Oliveira Vieira, uma mulher  
pobre, negra, trabalhadora, mãe solteira, que estudou  
até a quarta série, sabia ler e escrever e tinha uma imensa  
sabedoria. Cito sua frase que marcou a vida de minha mãe e  
hoje faz todo o sentido para mim:*

*“O que um homem faz uma mulher também faz”. (Vieira)*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por iluminar meu caminho, pelas conquistas, pela sabedoria, pelo equilíbrio e por estar presente em meu coração.

Agradeço a minha mãe Dulce Inês pelo amor, companheirismo, dedicação e incentivo na jornada da educação.

Agradeço a meu pai Ezane Luís pela compreensão dos momentos de minha ausência, pela sua palavra amiga e descontraída.

Agradeço aos dois pela base familiar e pelo ensino de qualidade, pela motivação e por sempre acreditarem na minha capacidade, nos momentos mais críticos quando eu já não acreditava.

Agradeço ao meu irmão Gabryel pela colaboração, paciência e por sua alegria da juventude que faz tudo ficar divertido.

Agradeço aos colegas da UFRGS que contribuíram na minha trajetória acadêmica, foram professores para mim.

Agradeço aos professores da UFRGS que me incentivaram a iniciar este estudo.

Agradeço ao meu chefe Major Flávio pelo grande apoio e aos colegas de setor de trabalho pelo companheirismo e descontração.

Agradeço a Tenente Paula Guedes que me apoiou na finalização deste trabalho.

Agradeço a abertura e colaboração desta instituição, através de V.Sa. Sr. Paulo Eduardo do Amaral Navarro-Cel. Av - Comandante da Base Aérea de Canoas, na efetivação deste estudo que poderá contribuir para o maior conhecimento deste espaço profissional tão importante para nossa sociedade, para a comunidade científica e acadêmica e para comunidade militar brasileira.

Agradeço aos profissionais entrevistados, pela concessão de informações valiosas para a realização deste estudo.

Agradeço a minha orientadora Professora Doutora Rochele Fellini Fachinetto, por ter aceitado me orientar, por sua paciência e generosidade em dividir seus conhecimentos valiosos comigo.

Agradeço a todos que participaram desta construção e contribuíram para a realização deste trabalho.

*“A mulher é o negro do mundo.*

*A mulher é a escrava dos escravos.*

*Se ela tenta ser livre,*

*tu dizes que ela não te ama.*

*Se ela pensa,*

*tu dizes que ela quer ser homem”*

*(John Lennon)*

## RESUMO

O presente estudo trata de uma pesquisa sociológica sobre o cotidiano de trabalho de mulheres militares das Forças Armadas Brasileiras, instituição constituída por um conjunto de organizações legitimadas para o combate e defesa do país. Tradicionalmente território exclusivo do masculino, por se tratar de atividades profissionais que fazem o uso da “força”, poder, hierarquia e disciplina, culturalmente definidas como características masculinas. Este estudo buscou compreender a trajetória da construção da identidade profissional dessas mulheres, através do reconhecimento de seu estímulo a ingressarem neste espaço de trabalho. Identificando os principais desafios enfrentados e ainda por enfrentar na sua efetiva inserção subjetiva. Afinal, a inserção objetiva já ocorreu com seu ingresso. Através de uma análise qualitativa sobre os relatos de vivências e convivências de homens e mulheres militares mostra-se presente uma complexa relação de gênero na constituição da identidade profissional destas militares.

**Palavras-chave:** Identidade profissional. Gênero. Força Aérea.

## **ABSTRACT**

This study is a sociological research on the daily work of military women of the Brazilian Armed Forces, an institution made up of a set of legitimate organizations for combat and defense of the country. Traditionally known as male's exclusive territory, the Armed Forces work with professional activities that make use of "force", power, hierarchy and discipline, culturally defined as masculine characteristics. This study sought to understand the trajectory of construction of these women's professional identity, by recognizing their encouragement to join this workspace, identifying the main challenges faced and yet to be faced in its effective subjective integration since the objective one had already occurred. Through a qualitative analysis on experience and coexisting reports of military men and women, this complex gender relations is present in the constitution of the professional identity of these military women.

**Keywords:** Professional identity. Gender. Air Force.



## **LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS**

Figura 1 – Quantitativo de Homens e Mulheres nas Forças Armadas Brasileiras – 2015.....	30
Figura 2 – Quantitativo de Mulheres na Marinha – 2015 .....	31
Figura 3 – Quantitativo de Mulheres no Exército – 2015 .....	31
Figura 4 – Quantitativo de Mulheres na Força Aérea – 2015 .....	31

## **LISTA DE TABELAS E QUADROS**

Quadro 1 - Postos e Graduações Hierárquicas das Forças Armadas Brasileira .....	53
Tabela 1 – Linha do tempo: retrospectiva do ingresso das mulheres nas FFAAs – Brasil – 2015 .....	53

## **LISTA DE SIGLAS, ABREVIACOES E SÍMBOLOS**

AFA- Academia da força aérea

Av. - Aviador

BMA- Especialidade básico de mecânica de aeronaves

Cel- Coronel

CIAAR- Centro de instrução e adaptação da aeronáutica

EEAR- Escola de especialista da aeronáutica

EPCAR- Escola preparatória de cadetes do ar

EPI- Equipamento de proteção individual

FAB- Força aérea brasileira

FFAAs - Forças armadas

ITA- Instituto tecnológico da aeronáutica

IME- Instituto militar de engenharia

OM- Organização militar

QSS- Quadro de suboficiais e sargentos

SGT- Sargento

SAD- Especialidade de serviço administrativo

UFRGS- Universidade federal do rio grande do sul

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	11
1.1 INSERÇÃO NO CAMPO DE PESQUISA .....	18
1.2 EXPERIÊNCIA EM CAMPO .....	19
2. IDENTIDADE PROFISSIONAL E GÊNERO .....	22
3. MULHERES E FORÇAS ARMADAS .....	28
4. RESULTADOS.....	35
4.1 RELAÇÕES DE TRABALHO .....	36
4.1.1 Relações De Trabalho Na Perspectiva Da Mulher Militar .....	36
4.1.2 Relações De Trabalho Na Perspectiva Do Homem Militar .....	38
4.2 CARREIRA MILITAR .....	41
4.3 IDENTIDADE MILITAR .....	43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	46
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	49

## 1. INTRODUÇÃO

“O quartel geralmente é caracterizado como um território exclusivo dos homens, por envolver atividades de risco e rigor disciplinar” (SILVA, 2009, p.2). O ingresso da mulher nas Forças Armadas em especial na Força Aérea Brasileira, assim como em outros órgãos da Segurança Pública como polícias militares e civis, se apresentou no contexto de redemocratização política do país, na década de 80. Não há muita literatura sobre a história do ingresso das mulheres e nem sobre as motivações que levaram a instituição abrir as portas para a entrada deste novo grupo.

O que se observa em reportagens que retratam deste marco histórico é que as mulheres em um primeiro momento ingressaram para dar conta de especialidades de trabalho dentro da FAB, a qual antes não existia, como psicologia, biblioteconomia e análise de sistemas. Em 1982, o Ministério da Aeronáutica então treinou militarmente a primeira turma de mulheres militares, dentre as quais 150 se formaram oficiais e 150 graduadas. Os cursos de formação aconteceram no Rio de Janeiro (RJ) e, depois, em Belo Horizonte (MG). Em quatro meses, o treinamento incluiu aulas, marchas, instruções de tiro, educação física e exercício de campanha (REVISTA AEROVISÃO, 2011).

Com a inserção feminina neste espaço de trabalho, tradicionalmente território exclusivo do masculino, por se tratar de atividades profissionais que fazem o uso da “força”, poder, hierarquia e disciplina, culturalmente definidas como características masculinas houve certo estranhamento, resistências e adaptações às mudanças de paradigmas. Embora já faça mais de duas décadas da inserção feminina, ainda ocorrem problemas na estruturação do ambiente militar para o desenvolvimento desta profissional.

O espaço de trabalho quartel, instituição militar, é dotado de simbolismo e de uma identidade própria, espaço esse, onde também se constrói a identidade do profissional militar. É na formação desta identidade institucional construída por homens, que a identidade militar confunde-se com uma identidade de gênero masculino, alimentando um ideal tipificado de militar. Para exemplificar trago o trecho de Foucault:

O soldado é antes de tudo alguém que se reconhece de longe; que leva os sinais naturais de seu vigor e coragem, as marcas também de seu orgulho: seu corpo é o brasão de sua força e de sua valentia; e se é verdade que deve aprender aos poucos o ofício das armas- essencialmente lutando-as manobras como a marcha, as atitudes como o porte de cabeça se originam, e boa parte, de uma retórica corporal da honra (FOUCAULT, 2000, p. 117).

Nesta citação evidencia-se o ideal do “ser militar”, o que é esperado dele. E essa imagem é institucionalizada dentro das Forças Armadas universalmente, assim como expressões que colaboram na construção da imagem militar: “você é militar 24 horas”, ou seja, seu corpo e mente pertence à estrutura social militar, neste momento, então, você é regido sob uma disciplina institucional. A disciplina é um dos pilares da instituição militar, a conduta que assegura o bom funcionamento da organização e o “bem-estar” dos indivíduos. Segundo Foucault a disciplina ocorre quando o corpo entra:

[...] numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma anatomia política, que é também igualmente uma mecânica de poder, ...ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas que operem como se quer ,com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina (FOUCAULT, 2000, p. 119).

Na lógica do autor a disciplina aumenta as forças do corpo em termos de eficácia, habilidades e utilidades, mas diminui essa força em termos políticos de obediência. A disciplina dissocia o poder do corpo (FOUCAULT, 2000). A disciplina trabalha sob o corpo e consequentemente trabalha sob a mente. Sendo o quartel o templo do sexo masculino, o corpo e mente militar é disciplinado e associado a uma representação masculina. Os estudos sobre corpo e mente de indivíduos são complexos, e para este trabalho não irei me aprofundar a esse assunto. Quando as mulheres ocupam esse santuário masculino há uma problematização de como vão se constituir em militares de acordo com a ordem vigente, como se constitui em mulher militar e como constroem ou desconstroem a sua identidade individual e profissional.

Entendendo esta tradição, começa-se a compreender o porquê da apropriação do “ser militar” como sinônimo do “ser homem”, não só pelo fato de a mulher ser, por muito tempo, subjugada e excluída da maioria dos espaços sociais públicos, mas também, pelo imaginário cultural de que “poder e força” são características ou, melhor, formação de uma identidade masculina, neste campo de trabalho.

As Forças Armadas são compostas por três áreas de defesa de um país: Exército, Marinha e Aeronáutica. Para este trabalho, delimitei estudar militares de ambos os sexos de uma Organização Militar da Aeronáutica (Base Aérea). A aeronáutica se justifica por ser a área de defesa onde está melhor estruturada a carreira para o sexo feminino, pois possui escolas de formação militar preparadas para receber, em estrutura física, este público. Possui quatro complexos escolares – CIAAR (Belo Horizonte- MG), AFA (Pirassununga-SP), ITA

(São José dos Campos-SP) e EEAR (Guaratinguetá-SP). Estas escolas possuem cursos que atuam em regime de semi-internato com duração de 6 meses à 4 anos conforme o curso escolhido. A Força Aérea Brasileira (FAB) busca formar militares de carreira nas mais diversas aéreas, por isso é onde há um maior número de efetivo feminino. A FAB foi a primeira das três Forças a abrir espaço para a atuação das mulheres na atividade fim da instituição. Na atualidade, é a que possui o maior número de militares do sexo feminino em seus quadros. Em 2002, elas somavam 3.249; em 2013 chegaram a 9.927 (MINISTÉRIO DA DEFESA).

As mulheres estão atuando como oficiais na atividade de piloto de aeronaves militares e como sargentos e suboficiais nas aéreas operacionais de aviação, estando presentes em pistas e hangares de bases aéreas. O ingresso feminino na Academia da Força Aérea (AFA) iniciou no curso de Oficiais Intendentes (administração) que foi autorizado em 1995. Oito anos depois, em 2003, a instituição recebeu as primeiras mulheres para o Curso de Formação de Oficiais Aviadores. Depois de 45 anos da criação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), receber um diploma da instituição deixou de ser uma condição exclusiva para homens. Em 1996, duas mulheres, pela primeira vez, foram aprovadas no ITA. Naquela época, quatro foram selecionadas, mas somente duas fizeram a matrícula. Elas foram diplomadas no ano 2000.

Hoje, o número de mulheres aprovadas no vestibular para ingresso no ITA mais que dobrou, na comparação com o primeiro ano, mas ainda representa apenas 8,3% do total de ingressos. Nos últimos dez anos, 113 mulheres ingressaram na instituição. O menor número de aprovadas ocorreu em 2011, quando seis concorrentes foram selecionadas. Nos anos de 2005 e 2007, foram registrados os maiores números de aprovações femininas, 16 entraram para os cursos de engenharia. Atualmente, dos 507 alunos do ITA, 466 são homens e 41 são mulheres (MINISTÉRIO DA DEFESA).

No Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica- CIAAR é onde são realizados os cursos de formação militar para alunos que já possuem curso superior como, por exemplo, nas disciplinas de saúde e após passarem em concurso ingressam nesta escola para a instrução e adaptação militar com duração temporal menor que as outras escolas de 17 a 19 semanas. Também ocorrem nessa escola os cursos oriundos de concurso interno para militares que

querem atingir o oficialato. Todas as escolas acima descritas, AFA, ITA e CIAAR formam militares para o posto de oficiais.

No Brasil, as mulheres puderam ingressar na Escola de Especialistas da Aeronáutica (EEAR), escola para formação de sargentos, a partir de 2002. O curso tem duração de dois anos e forma militares de carreira. A turma Império Azul do Curso de Formação de Sargentos recebeu 287 alunos, dos quais 56 eram mulheres. Para ingressar no Curso de Formação de Sargentos é preciso ter concluído o Ensino Médio e não ter completado 24 anos até a data da matrícula e início do curso. As mulheres podem cursar a EEAR nas especialidades técnicas de Eletricidade, Eletrônica, Equipamentos de Voo, Meteorologia, Suprimento, Administração, Informações Aeronáuticas, Cartografia, Desenho, Enfermagem, Controlador de tráfego aéreo. Ao receber o diploma o aluno passa a graduação de 3º sargento especialista podendo, através de seleções internas, ter acesso ao oficialato.

Através de uma pesquisa sociológica sobre a constituição da identidade feminina militar no espaço de trabalho Forças Armadas Brasileiras, a qual é formada por um conjunto de organizações legitimadas para o combate e defesa do país, tradicionalmente território exclusivo do masculino, esta pesquisa está direcionada, mas não em exclusividade, a classe hierárquica sargento, pois é a porta de entrada de um maior número de mulheres, além de ser uma classe hierárquica de base<sup>1</sup>. Ou seja, a figura do sargento das Forças Armadas demonstra toda a masculinidade da categoria, pois o mesmo deve assimilar a ordem da cúpula militar, da “gerência” e ao mesmo tempo ter liderança para controlar o contingente maior, os quais executam a ordem: os soldados. O sargento é o elo entre as duas cadeias hierárquicas – soldados/oficiais – mais distantes. Com isso, há um estranhamento quando as mulheres ingressam no universo desse cargo de forte representação masculina.

Consoante a este breve histórico, o número de militares femininas formadas ainda não é significativo em comparação a um enorme efetivo masculino. Até porque não são todas as áreas que estão ao acesso das mulheres. As mulheres podem participar de quase todos os concursos para ingresso na FAB e desempenhar um grande número de funções, com exceção

---

<sup>1</sup> Ver apêndice Quadro 1: Postos e Graduações Hierárquicas das Forças Armadas



do que segue: alistamento militar obrigatório; Curso de Formação de Taifeiros<sup>2</sup>; Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR); Curso de Formação de Oficiais de Infantaria; e, no Curso de Formação de Sargentos, nas áreas de Material Bélico, Guarda e Segurança, Mecânica de Aeronaves, Obras, Fotografia aéreo espacial. Essas são exclusivas ao sexo masculino.

Como o quantitativo feminino no espaço de trabalho militar apresenta-se limitado devido às divisões sexuais do trabalho, o valor tradicional masculinizado é expresso neste espaço profissional. Com isso temos uma problemática social complexa e contraditória com a inserção do gênero feminino neste ambiente. Alguns estudos revelam que “a condição de ser mulher, se sobrepõe a condição de ser Militar” (SILVA, 2009). Em outras palavras, as militares são vistas primeiro como mulheres e depois como militares. O estranhamento do outro ou reconhecimento do outro (ser masculino) ocorre dessa maneira. Isso nos faz pensar no conceito de identidade de Dubar (2005), o qual é formado justamente pela identidade biográfica e relacional com o meio.

Para fazer uma reflexão nesta temática com os conceitos de Dubar (2005) e com base nas reflexões dos estudos de Silva (2009), recorro a formação da identidade feminina profissional em dois aspectos: 1) Existe de maneira subjetiva a relação da identidade herdada no que se refere à categoria gênero, pois está estruturada de maneira sólida e arraigada histórica e culturalmente trazendo um peso significativo, e 2) Associado ao segundo aspecto da identidade que seria de maneira objetiva (o reconhecimento do outro, do grupo) o outro neste caso, o ser masculino, possui uma identidade herdada subjetiva completamente diferente do ser feminino.

Com isso, ocorrem ao mesmo tempo rupturas no espaço de trabalho devido à inserção desta nova identidade e, para sentirem-se aceitas reproduzem valores consolidados neste espaço social hierarquizado de poder, no caso, valores masculinos até então. A exemplo de Silva (2009) e outras autoras que observaram em seus estudos uma mudança de comportamento por parte das mulheres para serem aceitas no meio, certa “masculinização do feminino<sup>3</sup>”.

---

<sup>2</sup> Taifeiro: possui muitos significados, no caso das FFAAS é a função de cozinheiro.

<sup>3</sup> A socióloga Glauécia Mota Brasil (2008) no seu trabalho sobre A face feminina da polícia civil mostra que algumas mulheres para serem respeitadas pelas equipes sobre suas ordens tem que se parecerem como os homens na sua forma de pensar e agir. Isso não quer dizer que perderam sua feminilidade, mas que a instituição ainda se constitui nos símbolos de virilidade e rudeza, considerada como naturalmente masculina. Com isso, as

Também esta “masculinização do feminino” pode estar sendo realçada pelo fato de ainda existirem especialidades de trabalho militar produzidas somente para homens, ligadas principalmente à força e à violência, identidade da instituição militar, considerada estruturante e legítima. Isto ocorre também em outros espaços de trabalhos civis, mas no meio militar é bastante visível e delimitado.

A problemática geral do trabalho, portanto, diz respeito ao processo de constituição da formação da identidade profissional militar do efetivo feminino das organizações militares, um universo de trabalho recém-aberto ao gênero feminino. Será que houve uma efetiva mudança de paradigma na identidade militar com a inserção do efetivo feminino, ou houve uma tentativa de adaptação frente à identidade coletiva vigente? Quais os desafios na consolidação e valorização da mulher nesta esfera pública de trabalho? Será que a identidade militar da instituição incorporou, ou melhor, agregou objetivamente e subjetivamente a identidade feminina? Qual é a identidade da mulher militar?

O presente trabalho é relevante, pois, embora a mulher tenha conquistado seu espaço no mundo do trabalho, através de sua intensa participação em diferentes profissões, inclusive naquelas que foram historicamente território masculino. Ainda há desafios a serem ultrapassados na consolidação e valorização da mulher em qualquer esfera da vida pública, através da paridade entre os sexos e evidentemente na eliminação da ideia que a diferença biológica entre corpos corresponderia a diferenças sociais e psicológicas. Assim atingir à equidade de gênero é condição indispensável para quem vislumbra uma sociedade democrática e cidadã.

O estudo objetivou identificar como se dá a constituição da identidade profissional para as mulheres militares, refletindo de forma crítica sobre o desenvolvimento desta identidade. Também o estudo buscou compreender a trajetória da construção da identidade profissional dessas mulheres, conhecendo suas motivações para ingressarem neste espaço de trabalho. Identificando os principais desafios enfrentados e ainda por enfrentar na sua efetiva inserção subjetiva. Afinal, a inserção objetiva já ocorreu com seu ingresso.

Parto da hipótese geral que houve mudanças na identidade militar, com a inserção

---

mulheres para serem aceitas “se masculinizam”, registrando e legitimando, assim, certos valores masculinos da instituição policial. Isso também ocorre no dispositivo de poder: Forças Armadas. A autora ainda retoma Foucault em que as formas de subjetivação e sujeição são construídas através de práticas e discursos estabelecidos estrategicamente nos dispositivos de poder. Esse pensamento faz todo o sentido no processo de “masculinização das mulheres” neste espaço de trabalho.

feminina, mas não mudanças estruturais para a consolidação deste efetivo. No Brasil assim como em muitos países europeus a mulher está localizada em atividades mais burocráticas dentro das Forças Armadas. Já nas atividades fim, em que elas atuam, estas são técnicas e operacionais, advento da profissionalização dos quartéis. Assim, sentir-se pertencente em algum grupo é estar presente e poder percorrê-lo em todas as categorias. Sobre esse enfoque Carreiras mostra que:

O tema da participação militar feminina e, em especial, o acesso de mulheres a funções de combate, suscita habitualmente reações variadas, tão controversas quanto emotivas. Não obstante o fato de, na maioria dos países ocidentais, a rotinização da sua presença nas fileiras ser uma realidade, um elemento dos debates em curso suscita perplexidade: os argumentos utilizados para criticar ou justificar a exclusão das mulheres de determinadas áreas e tarefas militares e, portanto, para fundamentar políticas institucionais desta matéria, mantêm-se surpreendentemente inalterados desde o início da década de 1970. Fundando-se na estrita oposição entre direitos e eficácia militar, esses argumentos têm focado quatro áreas fundamentais: as diferenças físicas entre homens e mulheres, o impacto sociopsicológico da presença feminina nas unidades militares e, em particular, na coesão dos grupos de combatente; o custo-benefício desta participação; e o seu impacto em termos de valores sociais e culturais (CARREIRAS, 2013, p. 477)

Outra hipótese seria que a mulher é vista como o “não-militar”, seu corpo, seu gênero e sua identidade não constituem o “ser militar tradicional” e este sentimento é representado pela falta de valorização da sua subjetividade para este espaço de trabalho. Segundo Dubar (2005), a identidade é construída socialmente e é dinâmica. No entanto, o fato do grupo masculino não reconhecer as mulheres neste ambiente e também elas não se auto reconhecerem militares em sua profissão, somado ao número ínfimo de mulheres no auto comando militar contribui para a fixação de uma identidade militar oriunda apenas do masculino. Além disso, devido à identidade tradicional herdada da instituição poderá ocorrer à reprodução desses valores masculinos exercidos pelas próprias mulheres, independente da escala hierárquica.

A fim de testar estas hipóteses foi realizada pesquisa qualitativa para compreender a dinâmica das relações sociais de gênero dentro de uma Organização Militar (OM). Através de uma análise empírica sobre os relatos de vivências dessas e desses trabalhadores, tem-se o intuito de observar a complexa interação entre gêneros nas relações trabalhistas dos (as) militares atuais. Com a realização de uma metodologia com base em entrevistas semiestruturadas feitas com oito militares do efetivo de uma OM da Força Aérea Brasileira (FAB), além de consultas ao site interno e oficial da FAB, almeja-se atingir com maior veracidade os conflitos objetivos e subjetivos dessas militares.

A monografia está estruturada da seguinte forma. No capítulo 2 têm-se o fio condutor na reflexão da pesquisadora com a fundamentação teórica utilizada através dos conceitos e sua ligação de identidade e gênero. No capítulo 3 discorre-se sobre o quadro teórico que conduziu a pesquisa pensando nos estudos sobre mulheres nas Forças Armadas no Brasil e no Mundo. No capítulo 4 desenvolve-se a trajetória e relatos dos interlocutores (as) com as inflexões e reflexões do quadro teórico o qual foi baseado.

Para melhor construção da análise sobre as relações sociais existentes entre homens e mulheres no espaço de trabalho, dá-se voz aos interlocutores (as) em uma pesquisa qualitativa, visto que são indivíduos cognitivos formados por objetividades e subjetividades em que a participação da mulher desconstrói a “masculinização” da profissão militar.

### 1.1 INSERÇÃO NO CAMPO DE PESQUISA

Foi realizada pesquisa qualitativa, com a utilização de uma metodologia baseada em entrevistas semiestruturadas como técnica de coletas de dados com recurso de um gravador. As entrevistas foram feitas com oito militares, dentre os quais cinco mulheres entre sargentos, suboficiais e oficiais e três homens sargentos do efetivo de uma Organização Militar (OM) da Força Aérea Brasileira (FAB).

A utilização da pesquisa qualitativa se justifica por se tratar de um método mais adequado para atingir o objetivo geral do trabalho que foi identificar como se dá a constituição da identidade profissional para as mulheres militares, refletindo de forma crítica sobre o desenvolvimento desta identidade, por isso através desta metodologia procura-se:

[...] a obtenção de informações mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo. Nas pesquisas qualitativas, é frequente que o pesquisador procure entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir daí, elabore sua interpretação dos fenômenos. Os métodos qualitativos trazem relevante contribuição ao trabalho de pesquisa em pesquisa social, pois apresentam uma mistura de procedimentos de cunho racional e intuitivo capazes de contribuir para a melhor compreensão dos fenômenos (CALAZANS, 2003 p.22).

Como técnica de análise de dados foi utilizada análise de discurso, através dos mapas de associação de ideias de Spink, pois são “instrumentos de visualização que têm duplo objetivo: dar subsídios ao processo de interpretação e facilitar a comunicação dos passos subjacentes ao processo interpretativo” (SPINK, 2013, p. 84). Para desenvolver o mapa foram construídas três categorias gerais que visam atingir o objetivo desse trabalho: Carreira militar, Relações de trabalho com superiores, pares e subordinados e Identidade militar.

Através destas categorias e evocando as falas dos interlocutores foi traçado uma interpretação dos dados e identificado como se dá a constituição da identidade profissional para as mulheres militares, refletindo de forma crítica, relacional e analítica, através das entrevistas de ambos os gêneros. Com a linha de análise através da perspectiva relacional foi problematizado como os significados de gênero são acionados na constituição e desenvolvimento de uma identidade profissional militar feminina.

As pesquisas foram realizadas na Base Aérea de Canoas, no estado do Rio Grande do Sul em outubro de 2015. Os dados secundários foram retirados dos referenciais teóricos e também do site oficial do Ministério da Defesa e da Força Aérea Brasileira. Não foi autorizado acesso aos dados quantitativos do efetivo da Organização Militar referenciada, pois essas informações são de caráter interno e restrito ao efetivo através do sítio eletrônico da intranet.

Foi utilizada para análise das gravações de entrevistas a tecnologia informacional denominada QSR NVIVO10. Uma ferramenta para:

[...] Análise de informações qualitativas não estruturadas, tais como entrevistas semiestruturadas ou em profundidade, histórias de vida, história oral e gravações de grupos focais, pelo uso de programas que permitem potencializar a análise da mensagem (análise de conteúdo, análise de discurso) mediante a codificação, a categorização, a indexação e a organização de materiais qualitativos (TAVARES DOS SANTOS, 2001 apud CALAZANS, 2003, p. 25 e 26).

Por conseguinte, através desta metodologia foi visualizada a complexa interação entre gêneros nas relações trabalhistas dos (as) militares atuais.

## 1.2 EXPERIÊNCIA EM CAMPO

O interesse deste estudo advém da experiência profissional da pesquisadora, enquanto militar da Força Aérea Brasileira, durante 10 anos. A pesquisadora compõe o quadro de Suboficiais e Sargentos (QSS) da Aeronáutica. Nos setores que atuou pode observar as distinções nas relações sociais entre a mulher e o homem militar com seus superiores, subordinados e pares neste espaço de trabalho.

Essa temática se torna mais emocionante por se tratar de um recorte, que se encontra inserido em uma estrutura social rígida, institucionalizada e fechada à sociedade civil. Além do universo trabalhado ser exótico para maioria da sociedade civil e acadêmica, este estudo poderia contribuir para o aumento da produção acadêmica nesta aérea, e conseqüentemente a uma maior problematização desta temática.

Não houve dificuldades de inserção para a realização das entrevistas com os interlocutores (as). Contudo, existiu uma dificuldade enquanto pesquisadora para se distanciar do objeto que lhe é familiar. Nas palavras de Gilberto Velho:

Posso estar acostumado, como já disse, com uma certa paisagem social onde a disposição dos atores me é familiar, a hierarquia e a distribuição de poder permitem-me fixar, grosso modo, os indivíduos em categorias sociais mais amplas. No entanto, isto não significa que eu compreenda a lógica de suas relações. O meu conhecimento pode estar seriamente comprometido pela rotina, hábitos estereótipos (VELHO, 2003).

Muitas vezes podemos pensar que por pertencer a certo universo temos o domínio do entendimento de todas as articulações que nele se estabelecem, através de nossas próprias concepções e fontes valorativas temos a falsa ideia de conhecimento realista, mas na verdade estamos apenas colocando viseiras para atingir concepções de nossos próprios interesses, ou reproduzindo o conhecimento comum, deixando distante a busca para mais clara realidade da problemática, através do conhecimento científico.

Da Matta contribui para a evolução e crescimento das ciências sociais em especial da antropologia de “transformar o exótico em familiar e o familiar em exótico”. Este foi o maior desafio para o aprendizado da pesquisadora.

Para conseguir ultrapassar este obstáculo, foi necessário se deter nos relatos das entrevistas com intuito de transformar o ator social em objeto de análise. Foi informado aos entrevistados que seria preservado o anonimato dos mesmos e o sigilo das entrevistas, informando a eles que ela seria gravada. A pesquisadora preferiu utilizar um local neutro e reservado dentro da OM para realizá-las. Cada entrevista durou em torno de 40 min à 1h e 20min.

Foi desafiante para a pesquisadora manter o distanciamento do objeto, por se tratar de um ambiente militar, não podendo assim estar a paisana<sup>4</sup> como pesquisadora. Para poder circular dentro da instituição e também por ser militar estava fardada<sup>5</sup>.

Essa situação gerou duas consequências de percepções opostas. Os entrevistados, no caso dos sargentos de ambos os sexos, se sentiram muito mais seguros, próximos e livres nas suas narrativas por se identificar com a entrevistadora e muitas vezes a inseriam dentro de

---

<sup>4</sup> Com trajes de roupa civil, sem uniforme, farda, descaracterização.

<sup>5</sup> Sinônimo para uniforme militar

suas narrativas. Desta forma o resultado da entrevista foi positivo, atingindo um aprofundamento muito maior que o esperado. No entanto, outros militares que não a conheciam pessoalmente como militar, percebeu-se que não se entregavam totalmente para a entrevista, manifestavam certa desconfiança e suas narrativas eram mais curtas e objetivas.

Por fim, com esta experiência de campo foi possível compreender que mesmo utilizando um roteiro de entrevista, e entendendo que cada indivíduo possui uma trajetória específica de vida e reage a ela de maneiras diferentes, pode-se perceber que é necessário haver uma “flexibilização” na realização da pesquisa qualitativa. Desta forma, além do roteiro de pesquisa, que foi utilizado igualmente para ambas às entrevistas, para atingir os objetivos da temática foi formulado perguntas livres de inferências distintas para cada entrevista, de acordo com o caminho que se deu a pesquisa social.

## 2. IDENTIDADE PROFISSIONAL E GÊNERO

A definição de identidade é bastante complexa, de forma denotativa identidade é o conceito que cada indivíduo tem de seu corpo no espaço, em relação ao meio social e intelectual, também é, através de características física e mental que um indivíduo é conhecido e reconhecido. Identidade é um conceito duplo e combinado com aspectos internos e externos de um indivíduo. Identidade não é só o que eu sou, mas onde e porque estou. Este trabalho não é uma análise psicanalítica, mas podemos pensar que todos possuem de alguma maneira uma identidade.

Para pensar sobre identidade buscamos os conceitos de Dubar (2005), em que a identidade é tipificada a partir de dois processos: 1) a um processo biográfico: identidade que eu digo que sou; e 2) a um processo relacional: a identidade que o outro me atribui, ou seja, a identidade é um processo de construção e reconstrução, dentro do mundo social. Com isso, para Dubar (2005), o processo de socialização permite compreender a noção de identidade numa perspectiva sociológica restituída numa relação de identidade para si (como eu me reconheço) e identidade para o outro (como a sociedade me caracteriza).

Dubar (1997, apud OLIVEIRA, 2011, p. 347) menciona que as identidades estão em movimento e a dinâmica de desestruturação/estruturação pode, às vezes, honrar a forma de “crise de identidade”, além disso as formas identitárias que se apresentam resultam da articulação entre a transação objetiva e subjetiva, e caracterizam estados de continuidade ou ruptura entre a identidade herdada e visada no âmbito subjetivo, e estados de reconhecimento e não reconhecimento social no âmbito objetivo, entre a identidade atribuída pelo outro e identidade incorporada para si. Esses dois processos: subjetivo e objetivo formam a identidade social do indivíduo; no entanto caminham entrelaçados como uma unidade, mas também colidem como dois blocos, pois não é regra que a identidade subjetiva do indivíduo coincida com a identidade atribuída pela sociedade.

Dubar (2005, p.140) aponta que a relação entre as identidades herdadas, aceitas ou recusadas pelos indivíduos e as identidades visadas; as quais estão localizadas e formam a identidade no âmbito subjetivo; depende do reconhecimento das instituições e dos agentes que estão em relação direta com os sujeitos envolvidos; isto é reconhecimento do “outro”, identidade que o “outro” (instituição, coletivo, grupo) o esquadrinha. Assim, “a identidade nada mais é que o resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo,



subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização, que constroem os indivíduos e definem as instituições” (ibidem, p. 136). Procura-se “compreender a identidade como produto de uma tensão ou uma contradição interna ao próprio mundo social, e não como resultado do funcionamento psíquico e de seus recalques inconscientes” (ibidem, p.137).

O processo biográfico da identidade opera subjetivamente pelas identidades herdadas desde a infância como: uma identidade sexual, étnica e de classe social, vinda de seus pais que os educaram somado a identidade visada, a qual projeta o futuro o que se quer para si, a qual está ligada com formação escolar e posteriormente trabalho e emprego. Pode-se pensar que a formação da identidade biográfica tem como consequência uma trajetória de continuidade inter e intrageracional ou ruptura de toda natureza, levando a questionamentos de identidade construída (a que classe social pertence? Por que sofro ou não essas desigualdades e discriminações?) relacionados com quem sou e porque estou.

Já no processo relacional a transação é objetiva formada pela identidade atribuída e assumida, ligada por relação social de poder, relacionado em que lugar está situado. Refletindo essa definição da identidade construída no processo relacional, essa se manifesta nas relações de trabalho, nas atividades coletivas de organizações, nas representações sociais desse campo, ou seja, na manifestação de uma identidade profissional, que remete a uma identidade social. É nesse lócus da vida social, trabalho, que se expressam as relações de poder, “o enfrentamento dos desejos de reconhecimento ou não de seus pares, chefes ou outros grupos, em um contexto de acesso desigual, movediço e complexo ao poder” (ibidem, p.151).

Portanto, é nesse processo relacional na construção da identidade, identidade essa que é virtual, que é para o outro que se configura a identidade profissional e a mesma se estrutura na relação de reconhecimento ou não reconhecimento do outro, pela instituição. Dubar (2005, p.155) deixa claro que o espaço trabalho não é o espaço privilegiado para se obter reconhecimento da identidade social: este depende da legitimidade das categorias utilizadas para identificar os indivíduos<sup>6</sup>.

Existem outros espaços em determinados momentos de sua biografia, mas é no trabalho que se tem a forma mais concreta de valorização do indivíduo e denota qual é sua posição na sociedade. Quando se pensa em uma identidade social do indivíduo adulto se

---

<sup>6</sup> Um exemplo de categoria legitimada e utilizada para identificar o indivíduo é a categoria gênero.

vincula a sua profissão. Segundo o autor (2005, p.156) a identidade profissional adquire uma importância na construção identitária do indivíduo, pois ela legitima o reconhecimento da identidade social e atribui o status social.

Pode-se pensar que essa identidade social que a primeira vista se confunde com uma identidade profissional não se dissocia desse mesmo indivíduo, ele não deixa de ser visto, reconhecido pelo “outro” no momento que sai do seu ambiente de trabalho, no momento que retira seu “uniforme”, sua vestimenta no término do expediente, além disso, através de sua identidade profissional ele adquire, incorpora e suporta uma identidade coletiva, “oriunda da transmissão das estratégias identitárias desenvolvidas nas instituições pelas quais os indivíduos passam e que eles contribuem para transformar realmente”(DUBAR, 2005, p.156).

Assim a identidade profissional é oferecida pelas instituições sucessivas (família, escola, mercado de trabalho, empresa...) e os parceiros dessa transação objetiva são os pares, superiores hierárquicos, formadores, cônjuges e universo da família. É nesse mecanismo que a identidade social se estabelece através do reconhecimento ou não das competências, dos saberes e das imagens de si onde se insere a identidade reivindicada. Esse reconhecimento depende das relações de poder, a posição que ocupa o indivíduo e seu grupo de pertencimento em determinado espaço social que o legitima, (Ibidem, 2005 p.155 e p. 156) onde há ritos de juramento seja a Deus (casamento), à pátria (profissionais militares), à sociedade civil, ou seja, símbolos de significados relativos àquela identidade social que se confunde com a identidade profissional.

Nessa perspectiva do autor para explicar a socialização profissional ele aborda o pensamento de Hughes, em que o grupo profissional legitimado é aquele que reivindica o mandato, onde se insere determinadas funções sagradas, e o segredo de sua importância é preservado, que inclui os pensamentos, os valores e as significações implicadas por seu trabalho (DUBAR, 2005, p.180).

Compreende-se também como esse mandato é geralmente acompanhado de um conjunto de discriminações contra todas as categorias sociais suspeitas de não serem capazes de cumprir tal mandato e de não saberem conservar tal segredo. Assim, toda profissão tende a se constituir em um grupo de pares com seu código informal, suas regras de seleção, seus interesses e sua linguagem comum e a secretar estereótipos profissionais, excluindo, de fato quem não corresponde a eles....As lutas de “novos grupos” de mulheres, de negros de minorias étnicas ou religiosas para “ ingressar em profissões” não suprimem os estereótipos, mas os deslocam.... Assiste-se, então, a uma hierarquização e a uma segregação interna ao grupo profissional, reservando o essencial do mandato e do segredo unicamente aos profissionais dotados dos traços conformes ao estereótipo dominante (DUBAR, 2005, p. 180 e 181).

Assim, nessa perspectiva pode pensar que dentro desse espaço de trabalho há uma hierarquização do grupo legitimado (homens) sob o grupo estereotipado (mulheres), essa

relação social, está vinculada na formação de uma identidade profissional, através de uma transação objetiva e relacional a partir do estereótipo dominante de reconhecimento ou não reconhecimento, de pertencimento ou não pertencimento, ou seja, vinculada a relações de poder. O interessante é que essa dinâmica de poder que ocorre no espaço público do mundo do trabalho não ocorre de maneira isolada ela é operada simultaneamente a uma relação de poder primária (SCOTT, 1995), que é quase invisível, mas é reconhecida através das materialidades do sexo: as relações de gênero.

O conceito de gênero, ou melhor, a palavra gênero foi utilizada, primeiramente pelas feministas para demarcar as desigualdades existentes entre homem e mulher. Existem várias vertentes sobre o conceito de gênero e como ele vem sendo desenvolvido na sua interpretação. Uma definição comum sobre gênero, e marcada pela dicotomia fixa e a diferença: é entender gênero como uma diferença cultural entre homens e mulheres com base numa diferença biológica de macho e fêmea, às vezes na luta das feministas em escapar de um determinismo biológico, muitas vezes o reforça, conforme as definições que evoca.

Hoje o conceito de gênero é trabalhado com enfoque não na diferença, mas nas relações sociais. Assim foi através de Scott que o conceito de gênero teve seu marco teórico. A autora utilizou gênero como uma categoria analítica, não simplesmente descritiva com base no aparelho reprodutivo, isto é, na questão biológica do corpo e do sexo. Por muito tempo essa diferença biológica foi e ainda é utilizada para padronizar o comportamento de homens e mulheres, ou seja, como dizem os reacionários o que é “função” de mulher e o que é “função” de homem na vida social, esse padrão de comportamento se manifesta como um imperativo de um sistema de códigos. Nas palavras de Scott:

Gênero é a organização social da diferença sexual. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo, incluídos aí os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como a divisão social será definida (SCOTT, 1995, p.13).

[...] gênero é uma construção social e histórica. É construído e alimentado com bases em símbolos e normas e instituições que definem modelos de masculinidade e feminilidade... aceitáveis ou não para homens e mulheres (SCOTT, 1995, p. 55).

O conceito de gênero e as diferenças entre os gêneros são produtos de uma construção social, e não resultados de características comportamentais biologicamente programadas e reproduzidas em atos instintivos como afirma Danièle Kergoat:

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, antes de tudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente distintos. Eles formam

dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo (KERGOAT, 2000, p. 55).

Outra autora que explica a categoria gênero numa abordagem analítica e relacional é Okin:

“Gênero” refere-se à institucionalização social das diferenças sexuais; é um conceito usado por aqueles que entendem não apenas a desigualdade sexual, mas muitas das diferenciações sexuais, como socialmente construídas (OKIN, 2008, p. 306).

Esses padrões de generificação nos afetam o tempo todo, pois estão arraigados de tal maneira que se tornam aparentemente “naturalizados”. No entanto, no momento que há códigos, regras e leis de tipos ideais de comportamento delimitando as ações de cada sexo, como podemos pensar que é algo natural? É natural que a mulher se responsabilize pelo mundo doméstico, privado e o homem pelo mundo público do provedor? É natural que a mulher não possua equidade nos campos sociais da saúde, educação, trabalho e política?

As relações de gênero não só são afetadas em dimensões macro, mas também nos micro processos, dentro do espaço do lar, por exemplo. A mulher possui dupla jornada de trabalho, além de trabalhar tanto como o homem fora de casa, também “deve” executar os afazeres domésticos e o cuidado com os filhos, simplesmente pelo fato de estar localizada na categoria de gênero feminino definido pela sociedade.

Outro exemplo dentro do espaço micro, é a diferenciação na educação que os pais passam para os meninos e meninas (exemplo: isto é brincadeira de menino e aquilo de menina), nas brincadeiras de crianças se têm os ensaios de representação da vida adulta. É nesse ponto trazemos o pensamento de Okin (2008) e o que sua reflexão de gênero problematiza: ela mostra que o doméstico e o não doméstico estão ligados e as desigualdades existentes neles com relação ao gênero também estão conectados, ou seja, a manifestação do gênero na esfera privada transcende para esfera pública.

Essa manifestação está presente em todas as instituições econômicas (trabalho) e políticas. Na sequencia dessa análise cita-se Simone de Beauvoir (1970) em sua célebre frase que “não se nasce mulher, mas transforma-se”. Relacionando, com o conceito teórico refletido por Scott (1995) de que gênero deve ser usado como uma categoria analítica entende-se que gênero, longe de ser natural ou biológico, é algo que se constrói histórica, social e culturalmente.

Consoante à narrativa histórica constata-se que desde os primórdios a mulher foi subjugada, desprovida de direitos reprodutivos, desprovida de direitos políticos e sociais. Seu “papel” na sociedade estava restrito ao privado, à vida doméstica, ao cuidado com os filhos e família, sua profissão é ser esposa e mãe. Há imperativos de uma ordem de gênero do que é

feminilidade e masculinidade, a qual afeta homens e mulheres o tempo todo, desde o que se deve vestir, se comportar fisicamente, pensar e agir. Com isso, toda essa construção histórica e social da ordem de gênero atesta o que afirma Scott de que o “gênero é uma forma primeira de significação de poder” (SCOTT, 1995 p.21).

O gênero está inserido no processo biográfico da identidade herdada, e também no processo relacional da identidade proposta e incorporada nas relações sociais, como por exemplo, no campo trabalho. Ele é adquirido e imposto pela identidade biográfica, mas também, reproduzido e fixado de forma “naturalizante” pelas relações sociais através da identidade relacional.

Pensando que a identidade é algo construído, pode-se formar novas identidades, pois essa construção está em constante movimento no aspecto subjetivo do próprio “eu”, eu identidade feminina, e eu identidade masculina. E no aspecto objetivo no âmbito da sociedade como estruturação/desestruturação da identidade militar. Assim, é possível refletir sobre a inserção da mulher no espaço de trabalho militar, onde talvez tenha ocorrido uma dupla crise de identidade tanto para o sexo feminino quanto para o masculino em suas subjetividades, e consequentemente também uma crise da identidade militar.

Nessa crise de identidade e formação de um novo paradigma no comportamento e relações sociais, há uma carga de complexidade, pois antes de chegar à formação de identidades, deve-se entender a construção de gênero dessas identidades, as quais estão intimamente ligadas. Na verdade o indivíduo antes mesmo de construir uma identidade, é categorizado em termos de gênero. Neste momento, já se possui toda uma carga valorativa de características psicológicas, sociais e simbólicas, as quais também irão ser transmitidas para formação da identidade social.

Novamente cita-se Dubar para ilustrar o conceito de crise identitária:

A mudança de normas, de modelos, de terminologia provoca uma desestabilização dos pontos de referência das denominações, dos sistemas simbólicos anteriores. Essa dimensão, posto que complexa evoca uma questão crucial: a da subjetividade, do funcionamento psíquico e das formas de individualidades postas em questão” (DUBAR, 2009, p. 22).

E destaca-se Zanata que retoma Dubar para mostrar a relação identidade e gênero:

Claude Dubar está ciente da importância de não reduzir as identidades sociais a status de emprego e a níveis de formação, porque, é evidente que, antes mesmo de se identificar pessoalmente com um grupo profissional ou com um tipo de formação, o indivíduo, já na infância, herda uma identidade sexual, uma identidade étnica e uma identidade de classe social, que são as de seus pais ou de quem tem a incumbência de educá-lo (ZANATTA, 2011, p. 51).

O conceito de gênero é similar ao conceito de identidade, o qual também é construído, por isso a identidade herdada possui um peso significativo e denso em termos de gênero na formação da identidade para si, biográfica. Em consoante, não se deve utilizar o conceito de sexo biológico para se assinalar e demarcar limites na participação social de homens e mulheres.

Retomando Kergoat, sobre a definição de divisão social e sexual do trabalho:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.) (KERGOAT, 2011, p.51).

A autora mostra que a divisão sexual do trabalho é decorrente de relações sociais de sexo, então essa divisão é construída e, portanto, mutável. Assim, as divisões de trabalho se modificam, conforme o desenvolvimento da sociedade, mas a carga do sistema patriarcal permanece arraigada, como por exemplo, o trabalho doméstico fixado e reproduzido, em muitas sociedades, na figura da mulher, em seu corpo e mente. Essa carga valorativa patriarcal dominante também se infiltra no sistema de trabalho público produtivo.

Temos como, por exemplo, no espaço “quartel”, em que há separação de modalidades exclusivas para homens como as posições de combate: infantaria, artilharia e forças especiais.

Embora exista uma diversidade de variáveis que pode explicar a ausência ou diminuta percentagem de mulheres nas áreas operacionais e em combate, incluindo a sua própria disponibilidade, boa parte dos obstáculos que persistem ao nível institucional remetem para o plano dos valores culturais sobre a ‘natureza’ e os papéis sociais de homens e mulheres, refletindo-se claramente no debate sobre a participação militar feminina e a coesão militar (Carreiras, 2013, p.4).

Contudo, essas teorias ilustram a complexa relação entre gêneros, que perpassa todas as dimensões sociais e a dimensão trabalho é uma delas, a qual ilustra um campo denso, complexo e contraditório.

### **3. MULHERES E FORÇAS ARMADAS**

A expressão “feminização” costuma designar o processo de inserção e ampliação da presença das mulheres em ambientes de trabalho e profissões majoritariamente masculinos. Mais do que a análise da expansão feminina por meio de números, a perspectiva teórica subjacente à categoria analítica “feminização” sugere o estudo das mudanças nas relações sociais entre os sexos, nas identidades e representações profissionais e mudanças institucionais de várias ordens, que costumam acompanhar a integração de mulheres em profissões ou áreas de trabalho tradicionalmente masculinas (LOMBARDI, 2009, p.14).

Uma dessas instituições de trabalho que são reduto do masculino são as Forças Armadas<sup>7</sup>. Algumas autoras como Carreiras e Lombardi desenvolvem que essa inserção, em alguns países Europeus, no Canadá, e no Brasil não foi diferente, caminhou junto a um processo dependente de profissionalização deste espaço de trabalho. Essa profissionalização veio, segundo Lombardi, decorrente “do crescente desenvolvimento tecnológico militar e da incorporação da tecnologia aos materiais e equipamentos”, e “houve diminuição dos contingentes, alterando o conceito de FFAAs<sup>8</sup> “de massa” em vigor, atrelada à mudança no perfil de qualificação do militar, mais elevado” (LOMBARDI, 2009.p 14), no contexto posterior a Guerra Fria. Como mostra Carreiras também no seu estudo sobre forças armadas Portuguesas:

[...] as crescentes exigências tecnológicas, a implementação de sistemas de armas e formas de gestão cada vez mais sofisticadas, bem como a tendência para uma gradual restrição e profissionalização das forças militares, implicaram a necessidade de recurso a pessoal cada vez mais qualificado, agudizando a dependência das Forças Armadas relativamente ao mercado de trabalho global (CARREIRAS, 1995, p. 106).

No entanto, esses estudos revelam que as atividades que as forças armadas se utilizaram do mercado global e abriram o seu ingresso às mulheres foram áreas em que elas já estavam envolvidas no mundo civil como administração e enfermagem. Essas atividades, num primeiro momento das transformações sociais, foram disponibilizadas à elas por se tratar de profissões estereotipadas, mais adequadas à sua “identidade” social, de “características femininas”, de organização e cuidado, relacionado ao mundo doméstico. Esse primeiro momento da inserção da mulher no mundo do trabalho civil, também ocorreu no mundo do trabalho militar.

Em um segundo momento, como mostra Chies: “transformações sociais aliadas a mudanças no sistema produtivo levaram à construção de novos espaços, e ambos, homens e mulheres, passaram a ocupar setores de trabalho antes exclusivos ao mundo masculino”(CHIES, 2010, 507). Ela ressalva que:

---

<sup>7</sup> Forças Armadas, compostas pela Marinha do Brasil, pelo Exército Brasileiro e pela Força Aérea Brasileira. Instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas sob a égide da hierarquia e da disciplina, as Forças Armadas atuam sob a autoridade suprema do Presidente da República – seu comandante-em-chefe. São funções das instituições militares: assegurar a integridade do território nacional; defender os interesses e os recursos naturais, industriais e tecnológicos brasileiros; proteger os cidadãos e os bens do país; garantir a soberania da nação (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015).

<sup>8</sup> Forças Armadas.



[...] essas transformações se manifestaram aliadas a mudanças nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher advindas, ao mesmo tempo, do acesso à escolaridade e do ingresso nas universidades. Esses fatores subsidiaram o crescimento do trabalho feminino e as alterações no perfil de sua força de trabalho (BRUSCHINI, 1999 apud CHIES, 2010, 508).

Nos anos 70, sobretudo, ocorreram mudanças no contexto de profissões tradicionais como engenharia, medicina, arquitetura e direito, o que ocasionou a inserção feminina nesses campos de trabalho. Portanto, profissões como essas, que até então eram reduto exclusivo do mundo masculino, passaram a receber um percentual cada vez maior de mulheres para uma carreira profissional (Ibidem, 508).

Essas transformações também ocorreram nas Forças Armadas, quando houve a abertura do ingresso às mulheres, por exemplo, às escolas superiores de Engenharia do Exército (IME) e da Aeronáutica (ITA)<sup>9</sup> e muito mais recente o ingresso das mulheres como piloto de avião. Hoje, há várias áreas que as mulheres podem atuar e seu quantitativo vem crescendo ao longo dos anos, nas três Forças Armadas: Exército, Marinha e Aeronáutica conforme mostram as Figuras 1, 2, 3 e 4.

**Figura 1 – Quantitativo de Homens e Mulheres nas Forças Armadas Brasileiras – 2015**

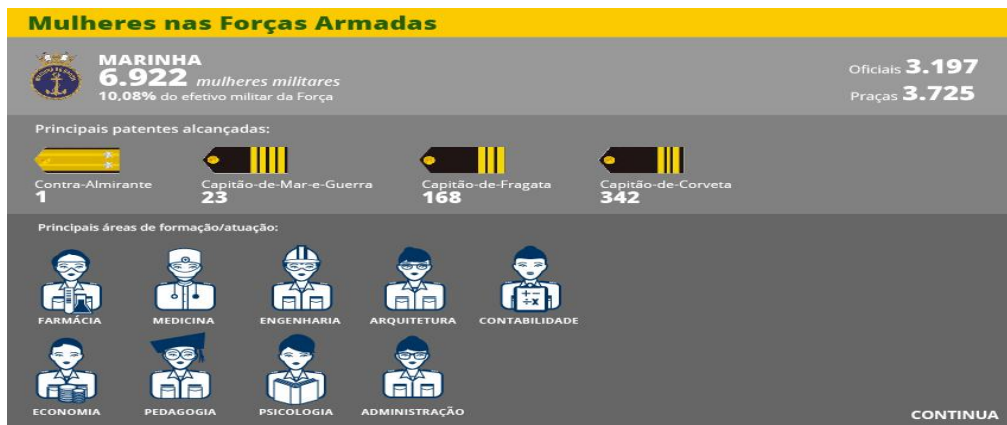


Fonte: Ministério da Defesa. Consultado em agosto de 2015

<sup>9</sup> IME- Instituto Militar de Engenharia. ITA- Instituto Tecnológico de Aeronáutica



**Figura 2 – Quantitativo de Mulheres na Marinha – 2015**



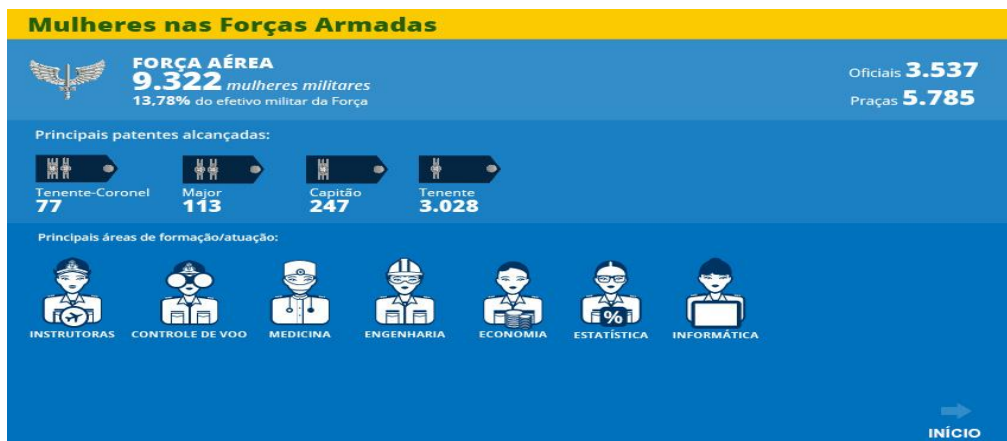
Fonte: Ministério da Defesa. Consultado em agosto de 2015

**Figura 3 – Quantitativo de Mulheres no Exército – 2015**



Fonte: Ministério da Defesa. Consultado em agosto de 2015

**Figura 4 – Quantitativo de Mulheres na Força Aérea – 2015**



Fonte: Ministério da Defesa. Consultado em agosto de 2015

Embora sua participação venha aumentando na medida dos anos, as mulheres são excluídas das funções de combate relacionadas com a missão da instituição, em atividades fim como artilharia, infantaria e cavalaria. No entanto, se pensarmos que atividade fim é o que justifica a existência de uma Instituição, é a sua missão principal, enfim é a sua identidade institucional, na Força Aérea Brasileira<sup>10</sup> as mulheres estão presentes na atividade fim. Hoje há mulheres pilotos de avião, embora muito mais em aeronaves de transporte do que de combate (como as aeronaves de caça).

Por conseguinte, percebe-se que as atividades fim estão mais abertas, pelo menos na Aeronáutica, no grau hierárquico de Oficiais<sup>11</sup>, como o caso das pilotos<sup>12</sup>, a saber um número ínfimo, do que no grau hierárquico das graduadas ou praças<sup>13</sup>. Nas especialidades que os graduados exercem há atividades exclusivas para o homem militar como mecânico de aeronave, material bélico, fotografia aeroespacial, comunicações e guarda e segurança. O que ocorre na Aeronáutica é diferente do que ocorre na polícia militar como mostra o estudo de Bárbara Soares (2012), onde em alguns Estados Brasileiros, praças estão mais em atividades fim como policiamento nas ruas, não sendo meras “secretárias”.

Contudo, os números são importantes para entender como está a representação das mulheres hoje nas FFAAs, mas por se tratar de uma pesquisa qualitativa, busca-se compreender como se dá as relações entre homens e mulheres, nos setores que ela já está

---

<sup>10</sup> Missão Síntese: Manter a soberania do espaço aéreo nacional com vistas à defesa da pátria. (MINISTÉRIO DA DEFESA, FORÇA AÉREA).

<sup>11</sup> Art. 36. O oficial é preparado, ao longo da carreira, para o exercício de funções de comando, de chefia e de direção. (Estatuto dos Militares, lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6880.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6880.htm))

<sup>12</sup> Algumas nomenclaturas dos graus hierárquicos e atividades só se utiliza o termo no masculino, modificando somente o artigo ou preposição como: as pilotos, as sargentos, a major, a suboficial. São poucos onde o gênero linguístico é flexionado como capitão, capitã. Nessa utilização de tratamento masculino da palavra tanto para homens quanto para mulheres, pode-se abrir posteriormente a um novo debate sobre os usos não sexistas da linguagem das profissões.

<sup>13</sup> Graduado(a) ou Praças. segundo o Estatuto dos Militares, lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. É:

Art. 37. Os graduados auxiliam ou complementam as atividades dos oficiais, quer no adestramento e no emprego de meios, quer na instrução e na administração.

Parágrafo único. No exercício das atividades mencionadas neste artigo e no comando de elementos subordinados, os suboficiais, os subtenentes e os sargentos deverão impor-se pela lealdade, pelo exemplo e pela capacidade profissional e técnica, incumbindo-lhes assegurar a observância minuciosa e ininterrupta das ordens, das regras do serviço e das normas operativas pelas praças que lhes estiverem diretamente subordinadas e a manutenção da coesão e do moral das mesmas praças em todas as circunstâncias.

inserida e efetivada há mais de duas décadas<sup>14</sup>, pois nas palavras de Lombardi:

Esse processo de integração das mulheres, que apresentou variações segundo o país-, trouxe à tona questionamentos similares, tendo como pano de fundo a ideia de que elas constituiriam um elemento perturbador para a vida militar (LOMBARDI, 2009, p. 20).

Antes de objetivar esse elemento perturbador da pesquisa empírica feita com homens e mulheres de uma Organização Militar (Base Aérea), primeiro foi identificado o que se tem evidenciado em pesquisas já realizadas sobre o tema mulher e Forças Armadas. Como na pesquisa feita ao site da Associação Brasileira de Estudos de Defesa em que há várias autoras como Emília Takahashi (2002) e Cristina da Silva (2009) que trabalham com o tema da inserção da mulher nas Forças Armadas.

Nesses estudos, observa-se uma mudança de comportamento por parte das mulheres para serem aceitas no meio, certa “masculinização do feminino”, e os homens esperam delas esta postura. As autoras utilizam o conceito de habitus de Bourdieu<sup>15</sup> para tratar deste fenômeno presente em pesquisas em campo. Silva retoma outras autoras em suas pesquisas que também trabalham com o tema gênero e forças armadas como Maria Celina D’Araújo (2003; 2004) e Sônia Carvalho (1990).

Através de dados coletados sobre as relações de homens e mulheres neste campo de trabalho, Silva traz as contribuições de Sônia Carvalho, a qual percebe que “a presença das mulheres nos exércitos pode nos mostrar que seu reconhecimento no grupo militar opera, antes de qualquer coisa, sobre a sua condição de “ser mulher”, que se sobrepõe ao fato de “ser militar”” (SILVA, 2009). Então antes de enxergar a profissional militar é visualizado primeiramente o seu gênero, esta distinção não ocorre com os homens militares. Também D’Araújo (2003) nos evidencia que as mudanças que as incorporações trazem às Forças Armadas não provocam transformações substantivas na organização, tanto interna quanto externamente, da instituição militar; mas alteram alguns comportamentos tradicionais e colocam novos desafios para a formação de um “soldado profissional”. Por isso,

As Forças Armadas não são instituições isoladas da sociedade e estão intrinsecamente conectadas ao processo social e ao projeto que cada sociedade estabelece para si em termos de defesa e de construção de direitos de cidadania e de soberania. A partir disso, pode-se sustentar que tal incorporação é fato importante na

---

<sup>14</sup> Ver tabela 1 em apêndice

<sup>15</sup> Os atores sociais internalizam e incorporam valores, regras, normas que se encontram presentes na estrutura social como um todo, fazendo com que tenhamos certa adequação por parte dos indivíduos e grupos a regras e valores presentes nesta estrutura social.

definição das relações civis-militares. Isto porque, em princípio, se um país estabelece o alinhamento das Forças Armadas ao poder civil democrático, as Forças Armadas devem expressar o perfil da sociedade à qual servem e “obedecem” (D’ARAÚJO, 2004 apud SILVA, 2009).

Silva identifica também, através do estudo empírico de Carvalho, sobre a internalização de valores militares (disciplina, hierarquia, precisão, rapidez), onde a estrutura disciplinar militar foi construída, no modelo universal masculino, visto que foi criada para ser exclusivamente constituída por homens. Sendo assim, as mulheres militares teriam que se “submeter” a um “código masculino”.

Podemos dizer que a estrutura da mente de indivíduos e grupos possui dimensões psicológicas e sociológicas, pois, encontram-se diretamente relacionadas com a estrutura do contexto social envolvente, e com as instituições que influenciam e comandam comportamentos e práticas sociais dos indivíduos.

Os estudos empíricos apresentam a inserção de um código masculino no contexto social militar. No entanto, Silva identifica nos estudos de Carvalho uma contradição: há uma assimilação de um código masculino pelo ser feminino, “mas a instituição militar apropria-se da representação simbólica do gênero feminino na sociedade, havendo certo paternalismo” (SILVA, 2009). Essa proteção no tratamento diferenciado para com as mulheres pelos homens comprovaria as relações de gênero e mecanismos de relação de poder do dominante sobre o dominado (CARVALHO, 1990 apud SILVA, 2009).

Outro fator em evidência que mostra as relações de gênero em ação, no que tange o trabalho das mulheres nas Forças Armadas, é visto no estudo de Lombardi, que “entre os benefícios que a presença das mulheres teria trazido, diversos estudos destacam um maior grau de civilidade nos relacionamentos e um debate sobre as condições de trabalho” (LOMBARDI, 2009, p.20).

Os estudos da socióloga Carreiras sobre família, maternidade e profissão militar mostram que as exigências colocadas pela profissão nas Forças Armadas são muitas. Como por exemplo, acontecem escalas de serviços armados, ou não, de 24 horas, uma intensa mobilidade geográfica por interesse da administração e do serviço militar, separação periódica da família em virtude de cumprimentos de missões em diversos estados pelo país em outras OMs, (treinos, exercícios, embarques, enfim atividades militares específicas).

Estes profissionais também vivenciam instabilidade de horários em certas funções, “possível residência em países estrangeiros ou mesmo o risco de ferimento e morte, que

colidem com as necessidades e solicitações que a vida familiar e a maternidade impõem às mulheres, tornando particularmente complexa e conflitual a arbitragem entre ambas as pertencas”, familiar (individual) e profissional (coletiva) (CARREIRAS, 1997).

No entanto, a mesma autora deixa claro que o problema de conciliar família e profissão não é exclusivo da profissão militar e das mulheres, mas “tal fenômeno penaliza de forma muito particular neste contexto as mulheres militares, influenciando decisivamente as suas estratégias e opções de carreira” (CARREIRAS, 1997). Segundo Carreiras a maternidade desestimula o investimento na carreira para chegar a postos de oficialato, e por isso acabam desejando uma atividade mais calma e sedentária.

“Nas Forças Armadas, não apenas os projetos de atingir o posto de oficial são quase automaticamente postos em causa, como a simples execução das tarefas quotidianas, sobretudo nas especialidades operacionais pode tornar-se problemática” (REYNAU, 1988 apud Carreiras, 1997). Neste espaço profissional ocorre o cumprimento de legislação específica, com respaldo médico onde as mulheres devem e são afastadas do serviço armado e operacional, devido ao estado de gravidez e amamentação. A militar nesta situação é realocada no caso de quem trabalha em área operacional para serviços administrativos.

A problemática ocorre quando as relações de gênero são evocadas com o incômodo dos pares e superiores em “perder” temporariamente a militar no setor. O fato é que:

De um ponto de vista histórico, as relações entre a instituição militar e a família sempre se revestiram de aspectos conflitantes, sendo conhecida a tradicional dificuldade de adaptação entre as exigências de estabilidade da vida familiar e as lógicas de **permanente disponibilidade**, mobilidade e risco que, em maior ou menor grau, sempre **caracterizaram a profissão militar** (CARREIRAS, 1988) (**grifos meus**).

Essas características da vida militar afetam homens e mulheres desta profissão. Será que a identidade da Instituição, ou melhor, do ser militar idealizado está modificando a identidade individual de homens e mulheres? Será que estão fazendo com que os mesmos internalizem as disposições adquiridas do “ser militar”, para serem aceitos e reconhecidos?

#### **4. RESULTADOS**

Os resultados foram atingidos através da análise de discurso com a utilização do mapa de associação de ideias. Foram desenvolvidas categorias gerais para identificar a constituição da identidade profissional feminina ou conhecer como se apresenta esta constituição.

As categorias são Relações de Trabalho, Carreira Militar e Identidade Militar. Para preservar o anonimato dos entrevistados optou-se por identificá-los da seguinte forma. As mulheres como MILITAR X, Y, Z e W. Os homens como MILITAR A, B, C.

#### 4.1 RELAÇÕES DE TRABALHO

Nesta categoria foram analisadas as questões que evocam de maneira marcante a questão de gênero, através dos relatos de como se dá no cotidiano as relações de trabalho com os superiores, pares e subordinados, além do que pensam sobre a presença feminina neste espaço de trabalho e seus argumentos sobre a mulher em atividades, em que a mesma não é aceita de forma legal em algumas áreas operacionais da aviação.

##### 4.1.1 Relações De Trabalho Na Perspectiva Da Mulher Militar

Nas análises feitas das entrevistas, foi possível perceber que há situações bem marcadas, em que a questão gênero é evidenciada na formação da identidade profissional, principalmente em áreas operacionais, em que existem poucas mulheres e ainda é o santuário do masculino.

Nas especialidades que são envolvidas diretamente com a aviação (área operacional) há uma forte tensão na relação com os pares. A hipótese de que a mudança ocorreu mais na subjetividade da identidade feminina em se adaptar a uma realidade masculina e arraigada com a identidade militar se confirmou. Esta hipótese pode ser comprovada, por exemplo, quando a militar vê de maneira natural o simples fato de não ter um alojamento feminino em determinado local, impedindo-as de trabalhar, por exemplo, em mecânica de voo que hoje é exclusiva para homens. Essa situação de não existir infraestrutura para elas é uma tecnologia de poder (FOUCAULT, 2000), uma forma de excluí-las.

Podemos observar que existem muitas outras situações que reforçam a adaptação da mulher no seu campo de trabalho, aceitando inclusive assédios e perseguições morais. A exemplo da Militar X que diz “Ele é de outra época, não está acostumado ainda a trabalhar com mulheres”.

A Militar Y diz “Tem um suboficial que veio me pedir desculpas porque ele tinha um preconceito comigo pelo fato de eu ser mulher, mas aí ele me viu trabalhando numa inspeção de avião e percebeu que eu trabalhava bem, apesar de eu ser mulher”. Embora os relatos de cada militar sejam diferentes, a categoria gênero está acoplada no tecido da formação da identidade profissional militar, para as mulheres e para os homens.

Ao entrevistar mulheres da área administrativa observa-se que a tensão está mais presente na relação com os subordinados no início da carreira, em que tinham idade próxima a dos soldados (idade de 18 a 23 anos), assim as similaridades nos discursos, foram as questões da autoimagem, isto é, que nesta profissão deve-se “impor”, mostrar qual a posição que ocupam. Nas falas de uma das entrevistadas:

“Para o subordinado não tomar “liberdade”, a amizade pode existir com o tempo, mas os limites devem ser estabelecidos, nesse meio não dá para você ser queridinha. Você deve mostrar que sabe o que está fazendo” (MILITAR Z).

Essa tensão não ocorre com os homens militares, mesmo os mais jovens. Foi possível perceber que nessas relações, independente de ser com subordinados, com os pares ou com os superiores outra hipótese entra em vigor. A mulher é vista como o “não-militar”, seu corpo, seu gênero e sua identidade não constituem o “ser militar tradicional”, por isso a desconfiança do outro em um primeiro momento quanto à sua capacidade de trabalho. Também e talvez por isso, ocorra certo policiamento da própria mulher de sua identidade individual, uma preocupação inconsciente sobre sua imagem e sua postura profissional.

Neste momento esta profissional precisa estar sempre provando sua competência não podendo “errar”, pois se isto acontece não é levada em conta sua trajetória profissional, ela errou porque é mulher. Além disso, essa fala do se “impor”, manter o distanciamento, pode se caracterizar como manifestação de uma “masculinização” do feminino, usado como estratégia de reconhecimento e pertencimento ao grupo militar. O relato da militar x evidencia bem a tensão no ambiente profissional:

Eles não falam diretamente, mas eu vejo que eles acham que as mulheres deviam ficar nos serviços administrativos, enfermagem, coisas assim, as que estão na área operacional que são pouquíssimas até em nível de Brasil, eles acham que não deveriam estar ali, tem uns que realmente não se importam, dizem que é mais uma para ajudar, beleza! Tem alguns poucos que acham que até as mulheres trabalham melhor, mas isso é raríssimo. Mas eu sinto que a grande maioria pensa que a gente não devia estar ali. Militares mais velhos de idade e novos também (MILITAR X).

Visualmente eles olham para mulher e falam que ela não trabalha direito, mas eu trabalhava direito, eu fazia o serviço que tinha que fazer mesmo pegar coisa pesada. Têm mulheres aí fora que faz muito mais força que eu, carregando saco de cimento. Contaram-me, que algumas pessoas falavam que eu não devia estar ali, que é só para homem, gente que trabalhava comigo, eu sei que falou mal de mim, porque me contaram, e isso não foi um caso isolado (MILITAR X).

Mulher pode ficar como SAD (serviços administrativos), mas na manutenção não. A ideia que tem serviços para mulher e outros para homem, tem muitos que pensam e não admitem. Que a mulher deve estar na ajudancia (setor pessoal) como SAD, aquelas estão certas, as na manutenção não deviam estar. Alguns já me falavam diretamente, outros indiretamente, e é verdade, eles pensam isso (MILITAR X).

A fala que vem a seguir reafirma o conceito de gênero, que é produto de uma construção social, e não resultado de características biologicamente programadas e

reproduzidas em atos instintivos, quando a militar mostra que deveria estar à disposição para ambos os sexos equipamentos e maquinário específico para o desempenho do trabalho.

Eu acredito que pode ter mulher em todas as áreas, por exemplo, BMA (especialidade de mecânico de aeronave), há BMA que faz força e tal, mas não é todo BMA que faz força, em geral é um pessoal fortinho, mas tem os magrinhos, que são mais fracos que muitas mulheres e eles têm que dar um jeito, teoricamente se tu tivesses todo equipamento previsto ninguém precisaria fazer força nenhuma, na prática falta muito equipamento então tu acaba tendo que fazer braçal, uma coisa que um equipamento faria (MILITAR X).

Especialidades que no mundo civil existe mulheres e aqui ainda é restrito como obras, solda, mecânico de aeronave. Mecânico de voo, qual o problema de mulher ser mecânico de voo, tem mulher que pilota. Especialidade de material bélico, porque que não pode? Todo mundo que é militar tem que tirar serviço armado, e essa especialidade é mais manutenção dos armamentos (MILITAR X).

E Infantaria? Acho que é porque trabalha com recrutamento de soldado e é só homem, acho que é para evitar assédio sexual, só que é crime, enquadra no regulamento. E se for por isso, pode existir assédio entre o mesmo sexo (MILITAR X).

O que tem diferente do hidráulico da minha especialidade de eletrônica e instrumentos é só que ele faz força e eu não. Mas eu toco na mesma coisa que ele dentro do avião. Com questão aos óleos tóxicos, nem homem nem a mulher devem mexer na coisa tóxica, para isso tem EPI (equipamento de proteção individual). Tu vai afastar mais por precaução, quando a mulher está grávida ou amamentando, pois pode afetar o desenvolvimento do embrião, que nem a frentista de posto de gasolina. Mas é por um tempo. Porque a mulher não pode? Porque alguém não quer (MILITAR X).

Nestes relatos podemos observar que as mulheres conseguem desconstruir significados de feminilidade e masculinidade, quando extrapolam dicotomias de gênero nesse jogo de lutas no espaço profissional.

#### **4.1.2 Relações De Trabalho Na Perspectiva Do Homem Militar**

Há nesses relatos dois aspectos recorrentes: Uma visão de que acreditam em um determinismo biológico de que a mulher é mais fraca fisicamente e emocionalmente, e uma visão que eles apresentam do aspecto do “desejo”, de proteção e de afeição sexual ao sexo oposto. Além disso, todos os militares homens entrevistados deixaram claro que são a favor da presença das mulheres na força, mas com algumas restrições.

Evidenciaram o fato de que eles ficaram mais educados, com a presença delas, melhoraram seu vocabulário, admitiram também conhecerem alguns homens militares que não gostam da presença das mesmas, mais por parte de militares mais antigos. Outro fato curioso, e que evoca a questão de gênero, em que se coloca positivamente a presença das mulheres evidencia-se quando os entrevistados manifestam que “as características ditas



“femininas” como a organização, capacidade de ver os detalhes”, foi benéfica para a instituição militar.

Quanto à presença da mulher, eu acho que agrega muito, é muito bom que a mulher tenha sido inserida no **nosso** meio, pelas próprias características, é dos detalhes, de capacidade de concentração profissional, divisão que eu acho que a força precisa disso, mas eu sou de opinião também de que algumas especialidades a mulher não deve ser empregada (MILITAR A). [grifo meu].

Sim há diferença, sempre que eu vejo no tratamento eu vejo proteção. Não o contrário que poderia se pensar não estão discriminando. Não, eu vejo sempre proteção até por parte de colegas, pares. Tem sempre esse negócio que tu é minha protegida, eu vejo muito isso. Eu noto também que certas mulheres tiram vantagem disso, muitas percebem logo e tiram proveito (MILITAR B).

Eu estou sendo bem sincero viu! Eu noto que por parte de muitas pessoas, eles estão falando com a fulana, mas a fulana é mulher. Então tem aquela coisa assim: eu vou tratar bem ela, será que eu tenho alguma chance? Por parte de algumas pessoas existe isso também. O homem confunde as coisas, muitas vezes consciente, para certas pessoas. De uma maneira geral eu acho que não, e que as pessoas conseguem encarar bem a mulher como profissional, mas tem muito isso também (MILITAR B).

Eu acho que hoje as mulheres transitam muito bem em nosso meio, embora haja ainda opiniões contrárias desfavoráveis, isso eu noto por parte de pessoas bem mais antigas, de pessoas que agora já estão no ponto de ir para reserva [aposentadoria], ainda noto essa resistência, e o que eu noto das turmas mais jovens que chegaram sem problema nenhum, muito tranquilo, mas por parte ainda dos mais antigos muitos ainda não sabem como lidar com a mulher, ainda tem muito aquela confusão ainda, eu estou lidando com a mulher, ou estou lidando com a profissional (MILITAR A).

Há por parte de algumas pessoas uma confusão, divisor de águas, por parte da chefia e dos pares. Um exemplo, chega um 3º SGT novinho ele tem que carregar a caixa de ferramentas, que é pesada, o 3º SGT sempre vai carregar, em compensação, se for uma guria, o “Subão” [suboficial] vai lá, vai pegar a caixa dela e vai levar, isso eu já vi acontecendo. Ou seja, hierarquia, o suboficial e o 3º SGT, mas por ter essa confusão ainda, “ah uma menina, é frágil, vamos pegar a caixinha dela, vamos ajudar a levar” (MILITAR A).

Em questão de cobrança às vezes eu percebo uma diferença. A cobrança nesse aspecto e eu falo com bastante propriedade, a cobrança dos pais é maior no homem, a mulher ainda está com esse estigma mulher, certo protecionismo, não existe essa cobrança como se fosse o 3º SGT, eu noto isso. Mas eu vejo assim, uma proteção bem grande, bem favorável para mulher, eu acho que isso vai mudar com o tempo (MILITAR A).

À medida que, e hoje na Base, por exemplo, tu colocar 5 anos para trás, hoje tem uma quantidade de mulheres trabalhando na Base que hoje tu não sabe o nome de cada uma de cor, talvez tu nem conheça. Antigamente quando eu cheguei aqui em 98, tinham 3 ou 4. Então à medida que as mulheres vão chegando, o ambiente vai se tornando mais natural com a mulher e com o passar dos anos como as mulheres também vão galgando postos hierárquicos de comando e tal, eu acredito que a tendência é que cada vez facilitar mais para o trabalho, se tornar cada vez mais natural, e vai chegar um ponto, sei lá mais 5 e 10 anos que a coisa vai ficar perfeitamente normal (MILITAR A).

Eu não vejo hoje dificuldade de adaptabilidade para uma mulher no **nosso meio**, Força Aérea. Eu acho que nós já estamos assim bem adaptados. Embora ainda tenha

algun nicho ou outro que ainda tem certa resistência, mas eu acho que nesse aspecto não tem problema (MILITAR A). [grifo meu].

Nesse mesmo contexto alguns homens relatam que as chefias até na hora de chamar a atenção falam com mais cuidado, do que se fosse um homem, o qual eles iriam tratar com mais rispidez.

Por exemplo, por parte da chefia, eu presenciei uma militar que iria ser punida, porque ela usava muita maquiagem e pintava as unhas de cores vibrantes que não pode [segundo o regulamento maquiagem e unhas devem ser discretos] e não foi punida, porque ela é mulher tem cuidados com o corpo, se fosse um homem isso não iria ocorrer (MILITAR C).

Eu não sou médico, sei pouca coisa de fisiologia, eu acredito de virtudes de ambos os sexos e das limitações de ambos os sexos, por exemplo, a organização das mulheres, é claro que há exceções, em algumas especialidades não vejo problema nenhum, algumas eu acho que conferia mais a mulher do que o homem como controlador de tráfico aéreo, pois dizem no ditado popular que a mulher tem mais atenção (MILITAR B).

Como tem outras que não acho, pois que é insalubre para a mulher, tipo BMA, mexe com muitos fluidos, metais pesados, até para homem podem ocorrer o câncer, é muito braçal, por mais que tenha um maquinário na hora de encaixar tem que ser no muque mesmo. Porque eu vejo que o trabalho é braçal, é o dia- a- dia eu acho que não tem necessidade, já tem tantas outras opções para ela (MILITAR B).

Essas relações assimétricas de potencialidades de cada gênero, são trazidos significados da identidade sexual de um grupo de trabalho dominante, nessa perspectiva o gênero é trazido como relação de poder primeira dentro do espaço de trabalho, a mulher é vista como “não-militar” e como objeto de desejo, como diria Lombardi (2009) o elemento perturbador. Quanto aos argumentos de ambos sobre mulheres em combate, há diversos estudos que desenvolvem essa questão, nos textos de Carreiras (2013) com seus dados empíricos de que nos países onde a mulher já esta presente nesse setor, não teve prejuízo da eficácia do grupo militar.

As características físicas das mulheres são, portanto, vistas como limitando as suas capacidades para o desempenho de diversas tarefas militares, sobretudo as relacionadas com o combate. Contudo, esta conclusão parece não estar alinhada com a realidade da forma que os tradicionalistas querem fazer crer. Desde logo, a ideia de que a exclusão de mulheres do combate terrestre na ‘linha da frente’ constitui uma exigência decorrente das suas menores capacidades físicas (Tuten, 1982: 248) foi de tal forma desafiada e contradita pelo efetivo envolvimento feminino em combate, designadamente nos mais recentes teatros de operações no Iraque e o Afeganistão, que este tipo de associação deixa de fazer qualquer sentido. Embora existam, evidentemente, diferenças entre sexos é importante começar por notar que “as características individuais tendem a distribuir-se dentro de cada gênero numa curva de Bell, o que coloca a questão central de saber até que ponto as curvas masculinas e femininas se sobrepõem” (CARREIRAS, 2013, p. 6).

No entanto, essa atuação é positiva, quando não se utiliza o formato de guerra tradicional de “massa”, mas quando o método de guerra utilizado são as guerrilhas.

De inspiração marxista, o PKK tem como um dos pilares a igualdade de gênero. Cada unidade de combate tem o mesmo número de comandantes homens e mulheres. A maioria vem de aldeias curdas massacradas na Turquia pelo governo de Ancara, muitas perderam familiares nos confrontos; outras integravam movimentos estudantis de esquerda que proliferaram no país nos anos 1990. Quando se juntam à guerrilha, as mulheres assumem nova identidade e um nome de guerra, fazem voto de celibato e nunca mais poderão ver as famílias ou voltar para casa — as relações afetivas são vistas como distração à disciplina austera do grupo. Elas juram lealdade a Abdullah Ocalan, o líder do PKK preso em uma ilha turca desde 1999, e passam a viver no front, sem contato com o mundo fora da guerrilha. São treinadas a lutar até morrer e nunca se deixar capturar — em último caso, destruirão suas armas e acabarão com a própria vida para não serem mortas nas mãos do inimigo, especialmente homens. A missão suicida que assumem em combate e os ideais feministas do grupo têm se mostrado um pesadelo para os jihadistas do EI, com sua doutrina de atrocidades contra as mulheres (GLOBO, reportagem acessada em 2015)<sup>16</sup>.

O argumento da força física é acessado por ambos os sexos, os interlocutores destacam que há diferença na fisiologia dos sexos, destacando exemplos sobre o teste físico que é uma atividade que faz parte do meio militar, em que os mesmos exercícios são realizados por ambos os sexos, só que as quantidades e formas de fazer são diferentes de acordo com sexo e idade. O corpo masculino e feminino está apresentado de maneira dicotômica.

No pensamento do homem o corpo (masculino e feminino) está preso numa historicidade dos papéis sexuais e sociais. No pensamento das mulheres, de acordo com a pesquisa, o corpo é uma forma de desconstrução da “masculinização” da profissão, elas podem realizar a profissão militar plena, mas com estratégias diferentes.

Os homens são fisicamente mais fortes que as mulheres, homens e mulheres são diferentes fisicamente, fisiologicamente homens e mulheres não são iguais, mas não é porque a mulher tem menos força física, que ela não consegue fazer o mesmo tipo de serviço. Eu não consigo carregar três sacos de cimento nas costas, mas se tiver um carrinho de mão, eu consigo (MILITAR X).

## 4.2 CARREIRA MILITAR

Essa categoria foi analisada nas questões em que as militares comentaram sobre motivação para o ingresso, cotidiano de trabalho, área de atuação, perspectiva de ingresso e de futuro dentro da carreira. São destacadas algumas falas onde as mesmas evocam suas motivações para o ingresso, o mais curioso é que a maioria das entrevistadas não é de família

---

<sup>16</sup> <http://oglobo.globo.com/mundo/mulheres-compoem-pelo-menos-40-das-tropas-do-pkk-17616945>, reportagem acessada em 2015.

militar, e sua influência para o ingresso foi externa. Na sua cidade natal, normalmente interior, existia uma Organização Militar que despertou a primeira ideia de servir a FAB. Somente duas tiveram informação a partir de pessoas próximas como o namorado, marido e amigos.

Eu morava em Barbacena e na minha cidade tinha a EPCAR [Escola preparatória de cadetes do ar]. Só que na EPCAR não pode entrar mulher é só homem. Aí tão falando agora que em 2016 vai abrir também para mulher, tão construindo alojamento feminino mais não sei se vai vingar isso. Eu sempre via e queria entrar, mas não podia. Aí as únicas opções que eu tinha ou era AFA [Academia da força aérea] ou especialista [Escola de especialista da aeronáutica] (MILITAR W).

Eu morava aqui no bairro Niterói, perto do muro da Base e sempre via os aviões voando, quando eu tinha uns 11 anos eu entrei no grupo escoteiro do ar, tem bastante coisa de militar, como se fosse um pré-militar, antigamente os rapazes aprendiam coisas no escoteiro, antes de servir. E tem muitas coisas como hierarquia, e eu achava legal, surgiu daí (MILITAR X).

Eu moro junto uma vila de sargentos, sempre convivi muito com militar, quando eu ia para o colégio a pé com minhas colegas, passava pela a gente o ônibus da aeronáutica que ia para Base. E eu pensava comigo eu ainda um dia vou estar dentro daquele ônibus. Depois eu fui estudar no ensino médio e lá surgiu os primeiros cartazes de mulher na FAB, ou melhor, de mulher militar, foi de 80 para 81. Era atrativo aquilo para mim, mas o concurso era esporádico. Eu queria Marinha, mas por influencia local fiz o concurso da Aeronáutica (MILITAR Y).

Essas falas são a primeira impressão do ingresso na FAB, mas a maioria também destacou o que a profissão traria de benefícios em suas vidas como estabilidade, independência financeira rápida, em uma idade jovem. Nas perspectivas de ingresso e de futuro há sentimentos de compromisso com a pátria, desejo de contribuir com o país. Quando entra no plano mais individual de cada militar a respeito da carreira, observa-se que a maioria das graduadas gostaria de prosseguir na carreira fazer o concurso interno para atingir o oficialato.

No entanto as militares que tem filhos abandonam essa ideia. Devido ao curso de adaptação precisariam ficar afastadas de seus filhos, essa problemática vai ao encontro de outros estudos que já mencionam os obstáculos que a mulher militar enquanto mãe é afetada, além dos compromissos militares que são componentes da profissão como tirar serviço de escala 24 horas, em que a militar tem que se planejar com antecedência para deixar os filhos para cumprir o compromisso. Afinal a vida militar faz com que o indivíduo esteja disponível sempre, tornando a problemática público e privado em destaque.

Já para os homens a motivação para o ingresso na FAB foi mais um caminho para começar a vida profissional. O militarismo é uma porta de entrada para os jovens do sexo masculino, através do recrutamento militar, onde oportuniza as classes sociais mais

desfavorecidas ingressarem no mundo do trabalho mais por necessidade econômica do que o romantismo em ser o “super herói” como militar. O encantamento de ser militar existe antes do ingresso, mas nas falas dos entrevistados, são mais presente as questões econômicas, como independência financeira e estabilidade, que também ocorre com as mulheres, mas com os homens este aspecto é mais marcado precisam cedo ter uma carreira para poder “prover” sua família.

Quanto à questão da paternidade, muitos dizem sentir necessidade de estarem mais perto de seus filhos e sentem saudades também, às vezes pensam em negar algumas escalas de “missões”, no entanto, a maioria é casado com mulheres civis e o cuidado com os filhos é passado a responsabilidade para suas esposas. Devido ao fato da profissão militar exigir uma maior disponibilidade deles. As especificidades do militar que é pai são diferentes da militar que é mãe, esse fato também é utilizado como argumento de que a mesma não deveria estar nesse espaço.

Outro fato quando destacam sobre a carreira, homens e mulheres comentam sobre melhorias em termos de salário e diminuição de tempo para as promoções, questionam e argumentam. No entanto, percebe-se que a mulher destaca melhorias mais individuais, de maneira mais micro do que o homem que pensa em mudanças estruturais de uma maneira mais coletiva da instituição militar, não que a mulher também não de sua opinião em aspectos macros. Mas há um destaque maior no micro, devido às vivências em suas trajetórias, por ser um grupo novo, e sentir o incômodo da “normalidade” de certas situações como, por exemplo, melhorias nas condições de trabalho em termos de estrutura física, falta de maquinário adequado nas atividades da profissão e o envolvimento com os filhos na vida privada.

#### 4.3 IDENTIDADE MILITAR

Conforme o Estatuto Militar, disponível no site do Ministério da Defesa, a identidade militar se apresenta de acordo com alguns artigos:

Art. 3º Os membros das Forças Armadas, em razão de sua destinação constitucional, formam uma categoria especial de servidores da Pátria e são denominados militares.

Art. 5º A carreira militar é caracterizada por atividade continuada e inteiramente devotada às finalidades precípua das Forças Armadas, denominada atividade militar.

§ 1º A carreira militar é privativa do pessoal da ativa, inicia-se com o ingresso nas Forças Armadas e obedece às diversas sequências de graus hierárquicos.

Art. 15. Círculos hierárquicos são âmbitos de convivência entre os militares da mesma categoria e têm a finalidade de desenvolver o espírito de camaradagem, em ambiente de estima e confiança, sem prejuízo do respeito mútuo.

Art. 27. São manifestações essenciais do valor militar: I - o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever militar e pelo solene juramento de fidelidade à Pátria até com o sacrifício da própria vida; II - o civismo e o culto das tradições históricas; III - a fé na missão elevada das Forças Armadas; IV - o espírito de corpo, orgulho do militar pela organização onde serve; V - o amor à profissão das armas e o entusiasmo com que é exercida; e VI - o aprimoramento técnico-profissional.

Essas características que estão descritas no estatuto militar, também são manifestadas nas falas de mulheres e homens militares, o que é ser militar para ambos está descrito de maneira similar. Através dos valores institucionais e sentimentos que esta instituição desperta nos profissionais, devido às práticas escolares de formação militar.

Percebe-se que nessa perspectiva não há uma identidade militar feminina e outra masculina, há uma identidade militar, e o etos guerreiro ultrapassa as masculinidades e feminilidades, no nível institucional e legal. A ideologia e missão da instituição estão presentes de maneira idêntica em mulheres e homens. Ser militar é para ambos os gêneros.

Estar à disposição 24 h por dia apesar dos problemas envolvidos nisso, os militares estão aqui para manter o país, se estiver tendo uma guerra. Estamos para manter a unidade, temos que nos preparar para quando precisarem, estar a disposição do país (MILITAR X).

Ganha um status. Mantemos valores da sociedade, entregar para a sociedade um cidadão um pouco melhor, honestidade, tábua de salvação, com certeza vai defender o Brasil em qualquer hipótese. Utilizar o dinheiro corretamente, último grupo que ainda iria defender valores, o dinheiro público. Temos uma visão de mais necessidade do próximo devido nossa formação do espírito do grupo, de cuidar do coletivo, a visão social da gente melhora bastante (MILITAR Y).

Cumprir tuas responsabilidades, hierarquia, disciplina, como militar, técnico e cidadão (MILITAR B).

A profissão militar não só representa a nação, mas uma classe, quando um erra, a classe toda erra junto, pois a sociedade enxerga toda a família militar, responsabilidade grande com o governo, uma classe que somos uns 600 mil, somos forças armadas, temos responsabilidades com a rotina estar sempre alinhado, postura, se portar, somos vigiados quase que 24 horas por dia, até em casa. Espera-se muito de nós, certo respeito, há um orgulho por parte da família e a sociedade tem certa admiração (MILITAR C).

Militar para mim é essa pessoa que está à disposição, e aí entra o “ideologismo”, e é coisa de pele nossa, que nós estamos à disposição da nossa nação. Se o Brasil precisar da gente nós vamos ser empregados. O militar não pode encarar a carreira militar como sendo uma mera função, um mero emprego, temos que ter amor, nós temos que ter sentimento envolvido nessa profissão militar. Eu não estou dizendo o que é o que temos hoje. O que eu tô dizendo do que o militar deve ser (MILITAR A).

Outras falas que identificam uma construção da identidade social a partir da profissão militar.

Gosto de usar a farda, as pessoas olham com admiração, levo algumas “frasiologias” daqui, não tem como, mas aí fora [ fora do mundo militar] tento ser eu mesmo. A instituição cumpriu a função social comigo. Minha segunda casa o trabalho (MILITAR B).

Levo minha postura fora daqui de liderança, iniciativa, estabelecer tarefas, objetividade, às vezes um pouco agressiva. Possibilidade de ajudar. O meu mundo cresceu, conheci o Brasil todo devido à profissão (MILITAR Y).

No entanto, é nas particularidades da profissão e das trajetórias de identidade coletiva e individual no mundo público, na profissão, e no mundo privado que se forma distintamente uma identidade militar feminina e uma identidade militar masculina. O grupo dominante ainda mantém o controle do “mandato das funções sagradas” da instituição como as funções de combate e algumas operacionais à aviação. Uma forma de manter estruturas de “naturalização” de processos sociais, como a divisão sexual do trabalho. Além das conflitualidades nas relações de gênero, onde homens e mulheres dividem o mesmo espaço de trabalho.

Conforme Dubar a identidade construída no processo relacional se manifesta nas relações de trabalho. Baseado nos relatos dos entrevistados pode-se observar que homens e mulheres apresentam a identidade militar como características da instituição não apresentando assim a categoria gênero. Porque a identidade profissional é oferecida pela instituição, desta forma utilizam discursos idênticos.

No entanto os parceiros da construção da identidade relacional e objetiva são os pares e superiores hierárquicos. Nesse momento voltam às relações de gênero através dos parceiros que neste espaço são homens.

Percebe-se que no cotidiano de trabalho existe essa diferenciação de gênero, contudo a instituição consegue determinar a identidade militar como identidade profissional sem gênero, e isso é bom quando se trata da defesa de um país. Pode-se contar com todos, homens e mulheres militares. Esta identidade se confirma quando escutamos o juramento à bandeira para os militares. Que é um ato solene e significativo para o militar, marcando de forma permanente um compromisso individual de cada militar com a Pátria. “Este contrato de honra, assumido voluntariamente e com plena liberdade, constitui o exemplo máximo da vida de um militar, que o diferencia e o norteia enquanto cidadão, que o orgulha pelo sentido de dever, de serviço e dedicação total aos valores mais altos da Nação” (AFA, 2013).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações e implicações deste estudo, com base no referencial teórico utilizado e na análise e interpretação dos depoimentos dos e das militares da Força Aérea Brasileira, possui relevância para ampliar o entendimento sobre a realidade de trabalho das militares do sexo feminino, partindo de suas falas ao relatarem suas vivências cotidianas de trabalho. Através da pesquisa qualitativa consegue-se chegar à gênese do tema e visualizar problemáticas invisíveis aos olhos dos indivíduos e da sociedade inserida ao recorte da temática.

O objetivo do trabalho foi alcançado, pois foi possível identificar como se dá a constituição da identidade profissional para as mulheres militares percorrendo sua trajetória profissional desde o estímulo a ingressarem na instituição militar até chegar às particularidades e conflitualidades dos desafios da sua inserção objetiva, isto é, o reconhecimento do outro, do grupo dominante neste espaço de trabalho, e da sua inserção subjetiva expressas nas relações entre os gêneros. A inserção objetiva já ocorreu, a presença da mulher como profissional militar é um fato e é legal.

A dinâmica das relações de trabalho é ainda muito complexa, por isso também foram entrevistados militares homens para entender como o grupo dominante a reconhece como profissional. Desta forma, buscar informações sobre as mulheres militares é também buscar informações sobre homens, pensar nos significados apresentados de maneira relacional, consegue-se chegar ao cerne da construção da identidade profissional militar.

Houve certamente mudanças na profissão militar com a inserção feminina, pois com o ingresso de um novo grupo, podem-se observar problemas estruturais nas condições de trabalho. Esse fato é apresentado na categoria da carreira militar e das relações de trabalho onde ocorre a questão da maternidade, da profissional não poder estar o tempo todo disponível para instituição, faz pensar também como está inserida a paternidade nesta instituição.

Pensar em melhorias de equipamentos e maquinários, desenvolvimentos em tecnologias de trabalho para a mulher militar, é pensar para o homem, é pensar para instituição. E essa tecnologia pode ir ao plano macro de desenvolver maneiras diferentes de fazer “guerra”. Além disso, com a presença deste novo grupo, mulheres, o grupo dominante acabou se “civilizando” modificando o grupo militar como um todo.



Os valores éticos que a instituição é pautada: hierarquia e disciplina não foram refutadas com essa maior civilidade nas relações entre os gêneros, pois essas características não são inatas aos homens militares. Mas, quando esses valores de hierarquia e disciplina são acessados de forma a “camuflar” discriminações como o assédio moral deve ser repensado não o valor, mas a maneira como é praticado.

Ainda nas relações de trabalho percebe-se pelos resultados da pesquisa que com os avanços dos direitos sociais para mulheres na sociedade civil, possibilitou uma desconstrução da “masculinização” da profissão militar. Vê-se isso quando através do auxílio de ferramentas e maquinário adequado às mulheres e homens, estes podem exercer as mesmas atividades.

Outro resultado da categoria das relações de trabalho foi expresso na mudança de comportamento por parte das mulheres para serem aceitas no meio, certa “masculinização do feminino”. A mudança de comportamento existe de certa forma na tentativa de pertencerem ao meio. Nas falas do se “impor” para serem respeitadas, na vigilância de sua imagem, do não ter o direito de “errar”.

Essa mudança também é processada no fato da mulher ser vista como o “não-militar”, o elemento perturbador objeto do “desejo”, o elemento “frágil” biologicamente. Esta situação fica evidenciada pela “vigilância” do grupo dominante da sua capacidade de trabalho, e a restrição de seu corpo e gênero em algumas especialidades relacionadas com atividades fim da instituição.

Os resultados que tiveram uma tensão maior vislumbrada na pesquisa foram quando se trataram das relações profissionais, em que a mulher não pode percorrer algumas especialidades que agem como um último reduto de definições simbólicas e tradicionais de papéis sociais fixos, e de certa forma discriminatório. Há uma hierarquização e a manutenção de formas tradicionais de um fazer militar, nesse aspecto, o gênero atravessa a construção da identidade profissional militar, onde o que está em jogo é o controle de um status militar.

Uma pista para ultrapassar os desafios para uma consolidação efetiva da mulher seria repensar as atividades de trabalho que são exclusivas ao sexo masculino como funções de combate, pois essas funções são a raiz e a tradição legitimada do controle da violência e existência desta instituição. É nessas funções que se possui o sentimento de pertencimento, e talvez um elemento importante para constituição do “que faz um militar”.

No entanto, mesmo que essa restrição caia o que é uma tendência, visto que já há em outros países a mulher em combate, os aspectos de uma identidade de gênero marcado por

uma dicotomia e diferenciação de corpos, e aspectos históricos e culturais construídos, não estão presentes somente dentro da instituição, também estão na estrutura social fora da instituição. Estão presentes na formação de sua identidade social: na escola, na família, no trabalho, na mídia, na economia e na política.

Os resultados da pesquisa apresentaram várias vertentes que não foram exploradas neste trabalho. Essas outras vertentes podem agir como pistas no entendimento científico da expressão dessa problemática como a formação militar, aprofundamento maior dos caminhos percorridos na carreira, enfim cada entrevista tem riquezas de detalhes que poderiam ser utilizadas para traçar perfis dos indivíduos militares.

Um resultado novo que foi apresentado na pesquisa de campo, e que não foi visto na abordagem do referencial teórico, marcado nas entrevistas feitas com os homens, foi o fetiche homossexual do aspecto do “desejo” masculino de afeição sexual, talvez esse elemento seja uma pista para explicar a dificuldade no reconhecimento da profissão militar exercida pela mulher.

Contudo, a relação de trabalho entre os homens e mulheres militares é complexa, pois evoca o tempo inteiro a categoria gênero, em que ela é reconstruída e deslocada a todo o momento, na medida em que a mulher vai galgando espaços no mundo do trabalho exclusivo de uma identidade masculina. A subordinação de gênero acaba se reconstruindo com novas formas de restrição, de categorização de papéis.

Por conseguinte, não basta só abrir todos os espaços profissionais dentro da instituição para as mulheres, aumentar o efetivo feminino em postos de comandos, mas é preciso dar condições estruturais para isso, é atacar de forma sistêmica a desigualdade de gênero, não só dentro da instituição, a qual não é isolada da sociedade, mas em todas as instituições que formam a sociedade desde a família até as instituições políticas. Manter certas desigualdades que são “invisíveis” ao entendimento e atuam de forma “naturalizada” modificam a vida dos indivíduos de maneira complexa e devastadora.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Vítor Hugo de Araújo. **Mulheres nas Forças Armadas brasileiras: situação atual e perspectivas futuras**. Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

BRASIL, Glaucéria Mota. **A Face Feminina da Polícia Civil: gênero, hierarquia e poder**, Fortaleza. Eduece, 2008.

CALAZANS, Márcia Esteves de. **A constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado em Psicologia- UFRGS, Porto Alegre, 2003.

CARREIRAS, Helena. Mulheres nas Forças Armadas: transformação institucional e recrutamento feminino. **Revista Sociologia–Problemas e Práticas**, n. 18, p. 97-128, 1995.

CARREIRAS, Helena. Família, maternidade e profissão militar. **Estudos Feministas**, v. 5, n. 1, p. 69, 1997.

CARREIRAS, Helena. Mulheres, direitos e eficácia militar: o estado do debate. **Revista Militar**, v. 65, n. 5, p. 477-495, 2013.

CARVALHO, Sônia. **Casa-Caserna: um percurso diferenciado na vida das mulheres militares**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFRN, Natal. Mimeo, 1990.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Mulheres e questões de gênero nas Forças Armadas brasileiras. **Santiago: Centro de Estudos de Defesa**, p. 1-20, 2003.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro, Rocco, 1997

DUBAR, Claude A **Socialização: construção das identidades sociais e profissionais**, São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.

DUBAR, Claude. **Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos**. Educação & Sociedade, v. 19, n. 62, p. 13-30, 1998.

DUBAR, Claude. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. **Cad. Pesqui.**, São Paulo , v. 42, n. 146, p. 351-367, Aug. 2012 .

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 2000.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In TEIXEIRA, Marli, EMÍLIO, Marilane, NOBRE, Miriam e GODINHO Tatau. (org.). **Desafios para as políticas públicas: trabalho e cidadania para as mulheres**. São Paulo, 2003. p. 55-64

LOMBARDI, Maria Rosa. As Mulheres nas Forças Armadas brasileiras: a Marinha do Brasil / Maria Rosa Lombardi; Cristina Bruschini; Cristiano M. Mercado. São Paulo: FCC/DPE, 2009

MARIUZZO, Patrícia. Mulheres nas forças armadas desafiam conceito de soldado. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 60, n. 4, Oct. 2008 . Available from <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252008000400005&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000400005&lng=en&nrm=iso)>. access on 26 Aug. 2015.

MUSUMECI, Leonardo; SOARES, Bárbara Musumeci. Polícia e Gênero: participação e perfil das policiais femininas nas PMs brasileiras. *Revista Gênero*, v. 5, n. 1, 2012.

OLIVEIRA, Patricia Whebber Souza de. Construção de identidades profissionais: da formação profissional à vivência da inserção no mercado de trabalho. 2011.

SILVA, Cristina R. Masculinidades e feminilidades nas Forças Armadas: uma etnografia do ser militar, sendo mulher. [www.abed-efesa.org/page4/page7/page22/.../CristinaRodrigues.pdf](http://www.abed-efesa.org/page4/page7/page22/.../CristinaRodrigues.pdf). Acesso em, v. 17, 2009.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade. Porto Alegre, v.16. n. 2, p. 5-22, julho/dezembro, 1995.

SOUZA, Marcos S. "Sou policial, mas sou mulher": gênero e representações sociais na Polícia Militar de São. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP : [s.n.], 2014. 441 p.

SCHACTAE, Andréa M. Farda e batom, arma e saia: a construção da Polícia Militar feminina do Paraná (1977-2000). Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

SANTOS, Clara. A construção social do conceito de identidade profissional. **Interações**, v. 5, n. 8, 2005.

TAKAHASHI, Emília. **Homens e Mulheres em campo: um estudo sobre a formação da identidade militar**. Dissertação (Doutorado em Educação) – UNICAMP, Campinas. Mimeo, 2002. <http://www.abedef.org/>

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **As possibilidades das metodologias informacionais nas práticas sociológicas: por um novo padrão de trabalho para os sociólogos do século XXI.** *Sociologias*- Revista de Sociologia da UFRGS. Porto Alegre, ano 3, n.º5, 2001 apud CALAZANS, Márcia Esteves de. **A constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul.** Dissertação de Mestrado em Psicologia- UFRGS, Porto Alegre, 2003

VELHO, Gilberto. **O desafio da proximidade.** In: VELHO, G. e KUSCHNIR, K. (orgs.) Pesquisas urbanas. Rio de Janeiro, Zahar, 2003.

ZANATTA, Mariana Scussel .**Nas teias da identidade: contribuições para a discussão do conceito de identidade na teoria sociológica.** perspectiva, Erechim. v.35, n.132, p.41-54, dezembro/2011.

<http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2013/03/mulheres-ja-representam-6-34-do-efetivo-total-nas-forcas-armadas-brasileira>

<http://www.fab.mil/>

<http://www.defesa.gov.br/forças-armadas>

<http://oglobo.globo.com/mundo/mulheres-compoem-pelo-menos-40-das-tropas-do-pkk-17616945>

<http://www.abedef.org/>

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6880.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6880.htm)

[http://issuu.com/portalfab/docs/aerovisao\\_70\\_anos](http://issuu.com/portalfab/docs/aerovisao_70_anos)

<http://www.fab.mil.br/postosegraduacoes>

<http://www.emfa.pt/www/po/unidades/subPagina-10D00-019.006.004.004-juramento-de-bandeira>
























































## ANEXOS

### Roteiro de Entrevista:

- Idade/ posto e graduação/especialidade/ local de nascimento/ estado civil/ tem filhos. **(se tiver filhos, como é ser mãe e pai exercendo também a profissão militar, vida pessoal).**
- Primeiramente me conte da onde surgiu e qual foi sua motivação para ser militar da Força Aérea, e seguir esta profissão, trajetória de entrada.
- Existe algum militar na família de origem que ajudou a motivar seu ingresso.
- Quais são suas lembranças do curso de formação militar:, o que marcou de positivo ou negativo durante o curso.
- O curso foi diferente do que você imaginava? Atendeu suas expectativas?
- Conte-me como funciona seu cotidiano de trabalho.
- Qual função que exerce ou já exerceu. Qual mais gostou e Por quê?
- Que área de atuação trabalha administrativa, técnica ou operacional?
- E como é sua relação com os colegas de trabalho (pares), você trabalha mais com homens ou com mulheres?
- Como é a relação com os subordinados? Como é a relação com os superiores. (na sua percepção, quais as dificuldades e facilidades da mulher militar).
- Quais suas perspectivas profissionais quando ingressou na FAB?
- O que é ser militar para você?
- Como a sociedade a vê na profissão militar?
- Como os amigos a vê na profissão militar?
- Como os familiares a vê na profissão militar?
- Como você acha que seus colegas homens veem as mulheres nas FA? Pergunta para as mulheres
- E como você hoje vê as mulheres nas forças armadas em relação à profissão? Pergunta para as mulheres
- Como você vê a presença das mulheres nas Forças Armadas? Em sua opinião quais os pontos positivos e quais os negativos? Pergunta para os homens.
- Você considera que existe diferença de tratamento entre os sexos pelos superiores e iguais?
- Você considera que as mulheres poderiam exercer as mesmas funções de especialidades de combate e algumas técnicas não aberta para as mesmas? Quais? Por que?
- Como você se vê como profissional militar, qual seu espaço dentro deste ambiente? E o que é ser militar para você?
- Quais suas perspectivas de futuro dentro da FAB. Você pretende continuar na carreira, buscar promoção, se aposentar?
- Por último. O seu ingresso na FAB mudou sua vida: E você de maneira geral? Como?

## APÊNDICES

**Quadro 1 - Postos e Graduações Hierárquicas das Forças Armadas Brasileira**

	AERONÁUTICA	EXÉRCITO	MARINHA
<b>OFICIAIS GERAIS</b>	 Marechal-do-Ar	 Marechal	 Almirante
	 Tenente-Brigadeiro	 General de Exército	 Almirante-de-Esquadra
	 Major-Brigadeiro	 General de Divisão	 Vice-Almirante
	 Brigadeiro	 General de Brigada	 Contra-Almirante
<b>OFICIAIS SUPERIORES</b>	 Coronel	 Coronel	 Capitão-de-Mar-e-Guerra
	 Tenente-Coronel	 Tenente-Coronel	 Capitão-de-Fragata
	 Major	 Major	 Capitão-de-Corveta
<b>OF.INT.</b>	 Capitão	 Capitão	 Capitão-Tenente
<b>OFICIAIS SUBALTERNOS</b>	 1º Tenente	 1º Tenente	 1º Tenente
	 2º Tenente	 2º Tenente	 2º Tenente
	 Aspirante-a-Oficial	 Aspirante-a-Oficial	 Guarda-Marinha
<b>GRADUADOS</b>	 Suboficial	 Subtenente	 Suboficial
	 1º Sargento  2º Sargento  3º Sargento	 1º Sargento  2º Sargento  3º Sargento	 1º Sargento  2º Sargento  3º Sargento
	 Cabo  Taifeiro-Mor	 Cabo  Taifeiro-Mor	 Cabo  Marinheiro
	 Soldado 1ª Classe  Taifeiro 1ª Classe	 Taifeiro 1ª Classe  Taifeiro 2ª Classe	

Fonte: Ministério da Defesa/ Força Aérea Brasileira, 2015

**Tabela 1 – Linha do tempo: retrospectiva do ingresso das mulheres nas FFAA – Brasil – 2015**

Primeira fase: até 1945	Ano
Maria Quitéria de Jesus Medeiros integrou o Batalhão dos Periquitos na luta contra os portugueses por ocasião da luta pela independência da Bahia. Dela se dizia que "era inteligente e muito feminina, mesmo quando vestia o uniforme de	1823

<i>seu batalhão”</i> (Marques Jr. e Hiron, 1982, p.4)	
Ana Vieira da Silva lutou clandestinamente na Revolução Constitucionalista, em São Paulo. Ferida em combate e em reconhecimento pelos seus feitos, foi incorporada ao 1o. Batalhão.	1932
Exército e Aeronáutica recrutaram 67 moças para servir como enfermeiras nos hospitais militares de campanha, na Itália. Elas tinham já a qualificação de enfermeiras, não possuíam dependentes e, durante 4 semanas foram treinadas num Curso de Emergência e de Enfermeira da Reserva do Exército, ao fim do qual foram designadas Enfermeiras de 3a. Classe, depois promovidas a 2o. Tenentes. Em 1945, todos os pracinhas- inclusive elas- foram desmobilizados. No Brasil, já como civis, algumas permaneceram como enfermeiras do Hospital do Exército.	1944
Foram reconvocadas para o Serviço Ativo com Segundos-Tenentes.	1957
1976 foram reformadas, 3 como Majores e 57, como Capitães. A Marinha não necessitou de enfermeiras militares porque não manteve hospital na Europa.	101.706
<b>Segunda fase: 1980-2004</b>	<b>ANO</b>
Criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha- CAFRM para atuação nas áreas técnicas, administrativas e da saúde. (Lei 5807 de 7/7/1980);	1980
Ingresso da 1ª Turma de mulheres na FAB- Força Aérea Brasileira, graduadas como 2o. Tenentes, 3o. Sargentos e Cabos. (Lei 6924 de 29/6/1981);	1981
Ingresso da 1ª Turma de 29 mulheres na escola de Administração do Exército, em Salvador, Bahia;	1992
Permissão para as mulheres prestarem Serviço Militar Voluntário, segundo os critérios de conveniência de cada uma das Forças. (Decreto 1294 de 26/10/1994);	1994
Instituição do Serviço Militar Voluntário no Exército para médicas, dentistas, farmacêuticas e enfermeiras de nível superior, na figurade “Militar Temporário”;	1996



Ingresso da primeira turma de 17 cadetes femininos na AFA –Academia da Força Aérea (São Paulo), nos quadros da Intendência, área administrativa e financeira da FAB- Força Aérea Brasileira;	1996
Ingresso da 1ª Turma de 10 mulheres no Instituto Militar de Engenharia do Exército- IME, Rio de Janeiro;  Lei 9519 de 26/11/1997 extingue o Corpo Feminino da Reserva da Marinha e permite a integração das mulheres aos Corpos e Quadros da Marinha. É permitido o ingresso das mulheres nos Corpos de Engenheiros, Intendentes, nos Quadros de Médicos, Cirurgiões-dentistas, Apoio à Saúde e Técnico. É-lhes vedado o ingresso na Armada e entre os Fuzileiros Navais;	1997
Permissão para participação das mulheres em missões nos navios hidrográficos, oceanográficos e de guerra e para integrar tripulações de helicópteros navais;	1998
Permissão para as mulheres ingressarem no Serviço Militar Temporário do Exército, com a instituição do estágio de Serviço Técnico para profissionais de nível superior em Direito, Contabilidade, Administração, Análise de Sistemas, Engenharia, Arquitetura e Jornalismo, entre outras;	1998
Instituição do Serviço Militar Feminino Voluntário do Exército, como Militar Temporário, para auxiliares e técnicos de enfermagem;	1998
Implantação de projeto-piloto para prestação de serviço militar voluntário na função “atiradoras”, na região amazônica. Desativado em 2002;	1998
Formatura da primeira turma de oficiais militares femininas em Academia Militar no Brasil, na AFA- Academia da Força Aérea;	1999
Portaria 124 do Estado Maior do Exército, de 18/12/2000 criação do Curso de Formação de Sargentos de Saúde (auxiliares de enfermagem), como Militar de Carreira do Exército;	2000

Em 26/3/2004, a cadete-aviadora Fernanda Görtz é a primeira mulher a pilotar sozinha uma aeronave militar da Força Aérea Brasileira (T-25 Universal).	2004
Admissão de mulheres na Escola Naval (EM)- Intendência	2015
Admissão de mulheres na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)- Intendência Material Bélico- Prazo máximo imposto pela Lei n. 12.705, de 2012, considerando-se que, em 2017, as mulheres adentrarão a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx).	2018

Fonte: LOMBARDI, Maria Rosa. As Mulheres nas Forças Armadas brasileiras: a Marinha do Brasil / Maria Rosa Lombardi; Cristina Bruschini; Cristiano M. Mercado. São Paulo: FCC/DPE, 2009 e Almeida, Vítor Hugo de Araújo. Mulheres nas Forças Armadas brasileiras: situação atual e perspectivas futuras. Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa, 2015.